



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2024**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60613/2024**

**UASG 987563 - Compras.gov.br nº90122**

## **1. DO OBJETO**

1.1. O presente pregão tem por objeto a aquisição, para atender a demanda formulada pelo Município de Foz do Iguaçu/PR, **MENOR PREÇO**, destinada a aquisição de equipamentos, materiais e insumos necessários para instalação e ampliação do sistema de Videomonitoramento Urbano do município com base na Secretaria Municipal de Segurança Pública, conforme condições, quantidades e especificações constantes, no Anexo I - Termo de Referência, e seus anexos.

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura:

Jean Mauro Miyagawa Mezomo de Souza - **Secretário Municipal da Administração**

Marcos Antonio Jahnke - **Secretário Municipal de Segurança Pública**



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2024

LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS, PARA MICROEMPRESAS – ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, CONFORME EXIGENCIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº123/2006 E LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60613/2024

UASG 987563 - Compras.gov.br nº90122

O Município de Foz do Iguaçu - PR, com sede na Praça Getulio Vargas nº 260 - CEP 85851-340 torna público para conhecimento de todos os interessados, que no dia e hora indicadas, será realizada licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **MENOR PREÇO**, que será regido pela **Lei Federal N.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 32.398/2024, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, Lei Complementar nº 147/2014 com as alterações posteriores, e, no que couber**, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

### DATAS RELATIVAS AO CERTAME

- **Pedidos de esclarecimentos:** até 3 (três) úteis antes da data de abertura;
- **Impugnações:** até 3 (três) úteis antes da data de abertura;
- **Recebimento das propostas:** até as 09 horas do dia **07/01/2025**;
- **Abertura e avaliação das propostas:** dia **07/01/2025**, a partir das 09:00 horas;
- **Início da sessão pública / lances:** dia **07/01/2025**, às 09:00 horas

**OBSERVAÇÃO:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>

- **No período de Recesso e Ponto Facultativo dos dias 23 a 31 de dezembro de 2024, ficam suspensos os prazos, de Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações.**

**ENDEREÇOS:** Praça Getulio Vargas, nº 280 – Foz do Iguaçu – PR.

**PREGOEIRO:** Julio César Nunes de Almeida

Fone: (45) 3521-1374 – email: [licitacoes-prefeiturafozdoiguacu@hotmail.com](mailto:licitacoes-prefeiturafozdoiguacu@hotmail.com)

Horário de expediente: das 07h30 às 13h30.

**Acesso identificado no link –** <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

### DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL

Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- Anexo II – Modelo de Declaração Anticorrupção;
- Anexo III – Modelo de Proposta Comercial;
- Anexo IV - Modelo de Declaração de Tratamento Diferenciado ME e EPP ;
- Anexo V – Minuta de Contrato.

### 1. DO OBJETO

- 1.1. O presente pregão tem por objeto a aquisição, para atender a demanda formulada pelo Município de Foz do Iguaçu/PR, **MENOR PREÇO**, destinada a aquisição de equipamentos, materiais e insumos necessários para instalação e ampliação do sistema de Videomonitoramento Urbano do município com base na Secretaria Municipal de Segurança Pública, conforme condições, quantidades e especificações constantes, no Anexo I - Termo de Referência, e seus anexos.



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

**1.2. O valor máximo da presente licitação é R\$ 340.526,48 (trezentos e quarenta e um mil reais quinhentos e vinte e seis reais e quarenta e oito centavos).**

## **2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Foz do Iguaçu/PR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2. Somente poderão apresentar proposta às empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.3.1. Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.2. Estejam impedidas de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu/PR, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.3. Tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Foz do Iguaçu/PR, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.3.4. Estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5. Mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente de linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6. Encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação.

2.3.7. Constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.3.8. Em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

2.4. A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.4.1. SICAF a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021; (observar o item 2.3.5).

2.4.1.1. Art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

2.4.2. Lista de impedidos de licitar, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR <http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/licitacoes-municipais-impedidos-de-licitar/54/area/250>

2.4.3. Consulta Consolidada TCU, CNJ, CEIS, CNEP: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

2.5. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6. É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

### **3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA**

3.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábicos, com o **Preço unitário do(s) item(ns)**, com até duas casas decimais após a vírgula.

3.2.2. Não será aceito quantitativo inferior ao total previsto para o contrato.

3.3. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, o atendimento as especificações do objeto constantes deste Edital.

3.4. O campo '**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado**' será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os prazos e condições:

3.5. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

3.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

#### **3.6.1. Condições de participação.**

3.6.1.1. Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

3.6.1.2. Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

#### **3.6.1.3. Declarações para fins de habilitação**

3.6.1.3.1. Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

3.6.1.3.2. Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

3.6.1.3.3. Cumpro as exigências de reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

3.6.1.3.4. Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

3.6.1.3.5. Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

## **3.6.1.4. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista**

3.6.1.4.1. Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;

3.6.1.4.2. Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

3.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.8. **Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.**

3.9. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

3.10. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.10.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.11. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

## **4. DA SESSÃO PÚBLICA**

4.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>

4.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat"). Ou através do e-mail constante do preâmbulo do edital.

4.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4. Se ocorrer à desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>

4.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

## 5. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

- 5.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa **“aberto”**, conforme procedimento estabelecido no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.
- 5.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 5.3.
- 5.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:
  - 5.3.1. Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;
    - 5.3.1.1. A identificação não intencional, como, por exemplo, indicação de marca exclusiva, ou propriedades do documento digital, não será motivo de desclassificação do licitante.**
  - 5.3.2. Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade;
- 5.4. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.
- 5.5. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 5.3.

## 6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 6.3. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**
- 6.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da licitante.
- 6.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
  - 6.4.1. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
  - 6.4.2. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.
  - 6.4.3. Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 6.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear à Administração qualquer alteração.
  - 6.5.2. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.6. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.





# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

6.6.2. A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.7. Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o **intervalo mínimo de 0.25%**.

## **7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**7.1. Essa licitação contém itens exclusivos, para Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte EPP, inclusive Micro empreendedor Individual – MEI, CONFORME EXIGÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014.**

**7.1.1. Exclusiva – no valor de até R\$ 80.000,00, exclusiva para as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar n.º 147/2014.**

7.2. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei nº Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.3. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

7.4. Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.4.1. Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

7.4.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

7.4.1.2. Não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.4.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

## **8. DO JULGAMENTO**

**8.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço.**

## **9. DA NEGOCIAÇÃO**

9.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 9.1.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

## 10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 10.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o **Anexo II - Modelo de Proposta de Preços**, do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

- 10.1.1. O prazo para envio da proposta é de, **no máximo (02) duas horas** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante, antes de findo o prazo.
- 10.1.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.
- 10.1.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.
- 10.1.4. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, à licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.
- 10.1.5. Em relação aos bens a serem fornecidos, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos e/ou equipamentos ofertados.
- 10.1.6. A proposta será **desclassificada** quando:
- 10.1.6.1. conter vícios insanáveis;
  - 10.1.6.2. não atender às especificações técnicas solicitadas no edital;
  - 10.1.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
  - 10.1.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
  - 10.1.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
  - 10.1.6.6. **A Administração Pública** poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea “d” acima.
- 10.1.7. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor máximo estipulado para cada item.
- 10.1.8. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.
- 10.1.9. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que **a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis**, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2022.
- 10.1.10. Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.

- 10.2. O(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro, deverão anexar junto com a(s) **proposta(s) de preços readequada, os seguintes documentos;**





# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

**10.2.1. Apresentar de cada item, catálogo, ficha técnica (datasheet) ou documento equivalente, em português, com especificações técnicas da marca e modelo ofertado, para verificação da compatibilidade com as especificações solicitadas.**

## **11. DA HABILITAÇÃO**

11.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

**11.1.1.** Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III e IV, as licitantes deverão apresentar documentação complementar, a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

**11.1.2.** Os documentos exigidos que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação

11.2. A licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

### **11.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

11.2.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social** (última alteração ou a consolidação) em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

11.2.1.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

11.2.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;

11.2.1.4. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

11.2.1.5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

### **11.2.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

11.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

11.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual

11.2.2.3. Prova de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida conforme Portaria Conjunta RFB / PGFN nº.1.751 de 02/10/2014.

11.2.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

11.2.2.5. Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos trabalhistas instituídos por lei.



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

- 11.2.2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente.
- 11.2.2.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Municipais, expedida pela Secretaria de Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente.

## **11.2.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 11.2.3.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação;
- 11.2.3.2. Havendo dúvidas quanto a regularidade ou inconsistências dos atestados, o Pregoeiro realizará diligência para verificação destes, ou exigir outros documentos para comprovação (Contrato de Fornecimento e/ou Nota Fiscal), na forma previsto na lei;

## **11.2.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- 11.2.4.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo Distribuidor Judicial competente da sede da licitante; quando não mencionar a data de validade, na mesma será considerada com validade de **12 (doze) meses**;
- 11.2.4.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação

## **11.3. PRAZO PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS:**

- 11.3.1. O prazo para envio dos documentos de que trata o **item 11** é de, **no máximo (02) duas horas**, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.
- 11.3.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

**11.3.3. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedido pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.**

- 11.4. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 90 (noventa) dias corridos.

**11.4.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado;**

- 11.5. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.
- 11.6. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

- 11.6.1.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 11.6.2.** Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.
- 11.6.3.** Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.
- 11.7.** As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 11.7.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;
- 11.7.2.** A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 12. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**
- 12.1** Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.
- 12.2** **Constatado que a licitante detentora da melhor proposta válida atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.**
- 13. DO RECURSO**
- 13.1.** Qualquer licitante poderá, no prazo **mínimo de 10 (dez)** minutos do término do julgamento das propostas, e **após** o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.
- 13.1.1** O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br
- 13.1.2** Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 13.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.
- 13.1.3** Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 13.1.2.
- 13.2.** Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.
- 13.2.1.** Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.
- 13.2.2.** O recurso regularmente interposto, juntamente com as razões e as contrarrazões recursais, será endereçado ao Pregoeiro, nos termos §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

- 13.2.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso.
- 13.3. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
- 14.1. O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado pela Autoridade Competente.
- 15. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**
- 15.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura do termo de contrato, conforme modelo constante do **Anexo V – Minuta do Contrato**.
- 15.2. A adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato ou confirmação do recebimento da Nota de Empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.
- 15.2.1. O prazo para assinatura do termo de contrato ou confirmação do recebimento da Nota de Empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.
- 15.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.
- 15.4. Na hipótese da cláusula acima, os licitantes remanescentes poderão ser convocados, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou retirar o instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 15.5. Caso nenhum dos licitantes aceite contratar nos termos previstos na cláusula 15.4, administração, observados o valor estimado, poderá:
- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 15.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de fornecimento, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), o Cadastro do Município e o Cadastro de empresas punidas pelo TCE/PR e verificar a validade dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.
- 15.7. Se não for possível atualizá-los por meio eletrônico, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata a cláusula 15.4, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.
- 15.8. Para proceder a assinatura eletrônica do contrato/da ata de registro, o responsável, pela assinatura do documento, deverá estar cadastrado no sistema (SID), do município de Foz do Iguaçu, para habilitação da assinatura eletrônica, amparado pelo decreto nº 28.900/2021-PMFI - Link para cadastro: <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PORTALSERVIDOR/Usuario/Registrar>**



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

## **16. GESTOR DO CONTRATO**

- 16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133 de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 16.2. A Gestão da contratação será realizada em conformidade com o previsto no Art. 117 da lei nº 14.133/21, sendo exercido pelo servidor Alexandre Augusto de Souza Gomes, denominado GESTOR;
- 16.3. A fiscalização da contratação será realizada em conformidade com o previsto no Art. 117 da lei nº 14.133/21 e documentos complementares, sendo exercida pelos Servidores Marcio do Prado – Chefe Divisão de Segurança Eletrônica/DILO/SMS e Nivaldo Guisso - Guarda Municipal de 1ª Classe, denominados FISCAIS;
- 16.4. A comunicação entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 16.5. O fiscal do contrato poderá convocar representante da empresa para adoção de providencias que devem ser cumpridas de imediato;
- 16.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (lei 14.133 de 2021, art. 117, caput).
- 16.7. O fiscal do contrato acompanhará a entrega do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato e neste termo de referência de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Municipal;
- 16.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme previsto no §1º, do art. 117, da Lei 14.133/2021;
- 16.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção;
- 16.10. O Fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 16.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do objeto nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 16.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a previsão de termino da vigência do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva, à prorrogação contratual ou a realização de nova licitação, conforme o caso;
- 16.13. O fiscal do contrato, quando designado, ou o gestor do contrato, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 16.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato, se designado, atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providencias cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

- 6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, a exemplo da autorização de fornecimento, nota de empenho ou contrato, conforme o caso, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração municipal;
- 16.16. O fiscal ou o gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da(s) despesa(s).
- 16.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, **informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;**
- 16.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico, quando for o caso, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- 16.19. O gestor do contrato tomará providências para solicitar autorização para a instauração de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções;
- 16.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **17. DO PAGAMENTO**

- 17.1. O prazo para liquidação da despesa é de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal, conforme disposto no artigo 323, I do Decreto Municipal nº 32.398/2024.
- 17.2. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato.
- 17.3. O pagamento será efetuado em moeda corrente brasileira, em até 10 (dez) dias úteis, após a liquidação da despesa, conforme disposto no artigo 323, I do Decreto Municipal nº 32.398/2024, vedado a sua antecipação.
- 17.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

- 17.5. O faturamento deverá ser apresentado e protocolado, em uma via original, no protocolo geral na sede da contratante;
- 17.6. É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, na forma contida no Decreto Municipal nº 21.524 de 02 de agosto de 2012, expedida em conformidade com a legislação federal (Protocolo ICMS 42/2009).
- 17.7. No ato do pagamento a CONTRATANTE efetuará a retenção na fonte do Imposto de Renda – IR incidente sobre os pagamentos destinados às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou pela prestação de





# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

serviços em geral, inclusive obras de construção civil, com base no Decreto Municipal nº 31.634, de 31 de julho de 2023, Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e alterações posteriores.

- 17.8. Deverão constar na NF-e (Nota Fiscal) o número da nota de empenho, o número da conta, os tipos, as quantidades e os valores efetivos dos itens a serem pagos, bem como respectivo termo de entrega.
- 17.9. Recomenda-se a apresentação dos documentos de regularidade fiscal para fins de pagamento: CND's (Federais, Estaduais e Municipais); Certificado de regularidade do FGTS e CND Trabalhista;
- 17.10. Para fins de certificação, liquidação e pagamento da(s) Nota(s) Fiscal(is) o Gestor e Fiscal do contrato, descritos neste Termo de Referência, efetuarão a verificação, análise, conferência e consistência de todos os dados e informações contidas na(s) Nota(s) Fiscal(is) e demais documentos, confrontando-os com este Termo de Referência e com o instrumento contratual, atestando a veracidade e conformidade com os serviços produtos.
- 17.11. Caso a NF-e (Nota Fiscal) apresente erros, irregularidades, falhas ou omissões que comprometam a liquidação da despesa, ou não vier acompanhada das documentações exigidas, ou os itens adquiridos não tiverem sido entregues de acordo com as condições e especificações descritas neste Termo de Referência, bem como com o instrumento contratual, o prazo para o pagamento somente começará a ser contado a partir da data em que tais impropriedades forem sanadas.
- 17.12. Em conformidade com o Decreto nº 31.634 de 31 de julho de 2023, a partir de 14/08/2023, os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta deverão proceder à retenção do Imposto de Renda - IR ao efetuarem pagamento a fornecedores, referente a qualquer mercadoria ou serviço prestados, constantes no Anexo Único de referido Decreto.
- 17.13. Não estão sujeitos à retenção do IR do item anterior os pagamentos realizados a pessoas ou serviços e mercadorias elencados no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, em conformidade ao § 2 do art. 1º do Decreto nº 31.634/2023.
- 17.14. Consoante o art. 2º do Decreto nº 31.634/2023, pessoas jurídicas amparadas por essa isenção, não incidência ou alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

17.15. A empresa deverá providenciar seu cadastro junto ao Município de forma antecipada nos seguintes sistemas:

a) Para o pagamento: <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/portalempresarial/aberturaprocesso/protocolo>

b) O responsável, pela assinatura do Contrato, deverá estar cadastrado no sistema (SID), do município de Foz do Iguaçu, para habilitação da assinatura eletrônica, amparado pelo decreto nº 28900/2021-PMFI. Link para cadastro:

<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PORTALSERVIDOR/Usuario/Editar>

## 18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, a CONTRATADA que:

- 18.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 18.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 18.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 18.1.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 18.1.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 18.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

motivojustificado;

- 18.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- 18.1.8. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 18.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 18.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 18.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
  - 18.2.1. **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - 18.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 18.1.2., 18.1.3., 18.1.4., 18.1.5., 18.1.6. e 18.1.7., do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - 18.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 18.1.8., 18.1.9., 18.1.10. e 18.1.11 dos subitens acima deste Contrato, bem como nas alíneas 18.1.2., 18.1.3., 18.1.4., 18.1.5., 18.1.6. e 18.1.7., que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
  - 18.2.4. **Multa:**
    - 18.2.4.1. Moratória de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) calculada sobre o total devido, por dia de atraso na entrega, sendo que a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, este será considerado como inexecução total do Contrato, incidindo sanções específicas;
    - 18.2.4.2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, configurando inexecução parcial do contrato;
    - 18.2.4.3. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 18.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na legislação. A dosimetria das penas, além dos fatos e provas constantes do processo administrativo, levará em consideração:
  - 18.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 18.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
  - 18.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 18.3.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
  - 18.3.5. O caráter educativo da pena.
- 18.4. As sanções previstas nesta seção não impedem a Administração de exigir indenizações suplementares para reparar os danos advindos da violação de deveres contratuais, apurados durante o processo administrativo de penalização;
- 18.5. A aplicação de uma das penalidades previstas nesta seção não exclui a possibilidade de aplicação de outras;
- 18.6. Ainda, nos casos em que couber, serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
- 18.7. Caso as multas previstas no edital de licitação não sejam suficientes para indenizar os danos sofridos pela Administração, esta poderá cobrar, administrativa e judicialmente, os prejuízos excedentes, tendo, neste caso, que provar os danos, conforme dispõe o art. 416 do Código Civil Brasileiro;



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

- 18.8. Quando da aplicação de multas, o CONTRATANTE notificará à CONTRATADA que terá prazo de 10 (dez) dias para recolher à Tesouraria do CONTRATANTE a importância correspondente, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis;
- 18.9. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na entrega advier de caso fortuito ou de força maior.
- 19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO**
- 19.1. **Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública**, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico ao [licitacoes-prefeiturafozdoiguacu@hotmail.com](mailto:licitacoes-prefeiturafozdoiguacu@hotmail.com)
- 19.2. Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação;
- 19.2.1. A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.
- 19.3. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 19.3.1. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro **até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública**, exclusivamente para o endereço eletrônico [licitacoes-prefeiturafozdoiguacu@hotmail.com](mailto:licitacoes-prefeiturafozdoiguacu@hotmail.com)
- 19.3.2. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados **em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame**.
- 19.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br para acompanhamento dos interessados;
- 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 20.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.
- 20.2. Os atos normativos do Município de Foz do Iguaçu/PR referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico <https://www5.pmfi.pr.gov.br/>
- 20.3. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanar ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos;
- 20.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação;
- 20.5. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;
- 20.6. **A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, e está sendo adotado a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame;**
- 20.7. As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam ao Município de Foz do Iguaçu/PR, podendo ser



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame;

## **21. DO FORO**

- 21.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Foz do Iguaçu/PR, com exclusão de qualquer outro.

***Datado e assinado digitalmente***

Jean Mauro Miyagawa Mezomo de Souza  
**Secretário Municipal da Administração**

Marcos Antonio Jahnke  
**Secretário Municipal de Segurança Pública**



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2024 ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de equipamentos, materiais e insumos necessários para instalação e ampliação do sistema de Videomonitoramento Urbano do município com base na Secretaria Municipal de Segurança Pública para atender os Logradouros dos Bairros Parque da Lagoa 1, 2 e 3, bem como os Centros Habitacionais Residenciais: Residencial Angatuba I, Residencial Angatuba II, Residencial M'boicy I, Residencial M'boicy II, Condomínio do Idoso, Residencial Santa Rita, Residencial Grande Lago e um Sistema de monitoramento interno e controle de acesso na SMSP e para realização de manutenção do Sistema de Videomonitoramento Urbano em operação, conforme tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

#### 1.1 Equipamentos e Materiais

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	<b>RACK 19' OUTDOOR</b> Deverá proteger equipamentos de TI, CFTV e elétricos em ambientes externos com segurança, sendoresistente a chuvas e poeira, com grau de proteção no mínimo ip65. Deverá possuir estrutura em chapa de aço de no mínimo 0,90mm. Deve possuir grau de vedação de no mínimo IP65; Deve ter suporte traseiro multifuncional para fixação em parede ou poste suportar no mínimo 100Kg, Deve possuir no mínimo as seguintes dimensões: Dimensões (AxLxP): 49 x 48 x 35cm; Deve possuir Anti-Respingo; O rack deverá possuir na porta dispositivo para fechamento composta por fechadura e chave;deverá conter no junto com o rack, 01 (uma) bandeja já fixada com parafuso, 01 (um) kit de porca gaiola, 01 (um) kit interno de reforço para fixação da bandeja. GARANTIA: mínimo 90 dias	UN	29	1.201,49	34.843,21
2	<b>PRENSA CABO 3/8"</b> Deverá atender a Norma DIN 46320; Grau de Proteção IP 67; Possuir rosca curta BPS 3/8". Garantia de fábrica	UN	116	2,23	258,68
3	<b>DISJUNTOR 2 X 10 AMPERES</b> Deverá Possuir: Curva C; Resistência de curto-circuito de no mínimo 6 kA ; Estar de acordo com a norma UNE-EN 60898; Tensão nominal de operação em corrente alternada 230-415 V; Capacidade de conexão 25 mm; Torque de aperto de 2,0 Nm; Possibilitar instalação rápida em trilho DIN de 35 mm (IEC 60715). Possuir sinalização de status local; Permite o uso de pentes de conexão do tipo pino e garfo; Compatível com barramentos padrão. Garantia de fábrica	UN	29	16,00	464,00
4	<b>TOMADA 20A PARA TRILHO DIN</b> Deverá: Possuir fixação para trilho DIN.; Padrão de Pinos: 2P+T, conforme NBR 14136; Ser confeccionado em material; ABS não propagante á chamas; Suportar cabo de no	UN	150	12,00	1.800,00



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

	mínimo 4 mm <sup>2</sup> e Corrente de 20 ampêres e 250Vca. Garantia de fábrica				
5	<b>PROTETOR DE SURTO BIPOLAR 45KVA</b> Permitir fixação em trilho DIN; Ser confeccionado em material antichamas e atendendo os requisitos da norma ABNT 5410; Tensão nominal: 227Vca Tensão de disparo: 275Vca Corrente nominal de no mínimo 45kA Tempo de resposta: <25 ns Temperatura: -40°C até 80°C Possuir câmara Blindada para evitar arco voltaico, sinalização de defeito local sendo: Verde – Funcionando em perfeito estado, Vermelho – Substituir o dispositivo (não funciona). Garantia de fábrica	UN	29	40,85	1.184,65
6	<b>TRILHO DIN PERFURADO EM AÇO GALVANIZADO 35 X 7,5MM</b> Ser confeccionado em chapa de aço galvanizado perfurado padrão DIN, para a disposição de equipamentos de proteção e acionamentos em caixas, quadros e painéis elétricos. Tamanho: 35mm x 7,5mm. Barra de 02 metros cada Garantia de fábrica	BARRA	15	14,63	219,45
7	<b>NOBREAK 700VA / 350W – 540W – 4 á 6 TOMADAS PADRÃO NBR 14136 - BATERIA SELADA - ONDA SENOIDAL PURA</b> Nobreak 700va / 350 – 540w – de 4-6 tomadas padrão NBR 14136 – 1 bateria seladas x 7ah, onda senoidal pura no mínimo as seguintes características: Potência: 700VA / 350W – 540W; Tomadas: 4 a 6 tomadas padrão NBR 14136; 1 ou mais Bateria Seladas Forma de onda senoidal pura e com controle digital; Auto teste para verificação das condições iniciais do equipamento; Sinalização visual e sonoro de todas as condições do equipamento, da bateria e da rede , incluindo potência consumida, potência excessiva, bateria baixa, falha de rede; Sistema de sincronismo PLL: o nobreak mantém o inversor sincronizado com a rede elétrica;uma ou mais Bateria seladas tipo VRLA internas, à prova de vazamento e livres de manutenção; Recarga automática da bateria mesmo com o nobreak desligado garantindo maior tempo de vida útil; Gerenciamento de bateria que avisa quando a bateria precisa ser substituída; DC Start – pode ser ligado mesmo na ausência da rede elétrica com bateria carregada; Permitir ser utilizado com grupo gerador devido à sua ampla faixa de frequência na entrada (47Hz-63Hz); Proteções: Contra surtos de tensão através de filtro de linha e varistor óxido metálico que atenua efeitos de descargas atmosféricas, Contra curto-circuito no inversor, Sobre-temperatura interna, Sobrecarga temporizada com alarme auditivo na rede e inversor para evitar queima do transformador ou inversor, Desligamento e proteção contra descarga profunda da bateria; Chave liga/desliga	UN	29	550,00	15.950,00





# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

	temporizada para evitar desligamento acidental; Porta-fusível com unidade reserva; Ventilador interno controlado de acordo com o consumo de carga e da temperatura do nobreak, Modelo bivolt automático na entrada, Tensão de saída nominal padrão 120V, permitindo configurar para saída 220V através de seleção interna. Garantia mínima 12 meses				
8	<b>SWITCH 02 – 08 PORTAS 10/100/1000 + 2 PORTAS SFP</b> Switch layer 2; deverá possuir 08 (oito) portas Ethernet e 2(duas) portas SFP Gigabit, deverá acompanhar os 02 (dois) modulo SFP de transmissão e recepção; Possuir gerenciamento POE inteligente, quando a fonte de alimentação excede o limite, as portas POE gerenciam a fonte de alimentação de maneira inteligente; Possuir mecanismo de habilitação/desabilitação da função de isolamento de portas para melhorar a segurança da rede; Fonte de alimentação adaptável de 4/8 núcleos garante menos perda de energia nos cabos; Possuir proteção contra surtos de 6KV é totalmente confiável em ambientes adversos; PARÂMETROS DE REDE: Número de portas: 08 x 1000 Mbps portas e 02 x 1000 Mbps porta SFP; Tipo de porta: porta RJ45: full duplex, MDI/MDI-X adaptável; Padrão: IEEE 802.3, IEEE 802.3u, IEEE 802.3x e IEEE 802.3ab; Modo de encaminhamento: Modo de encaminhamento: Armazena e encaminha; Modo de trabalho: Modo padrão (padrão); Modo estendido; modo de isolamento, POE; Portas de alta prioridade: Portas para transmissão de longa distância: Portas de 3 e 4; Tabela de endereços MAC: 2 K; Capacidade do comutação do switch: 4.8 Gbps; Taxa de encaminhamento de pacotes: 3,5712 Mbps; Cache interno: 1 Mbits. FORNECIMENTO DE ENERGIA POE: Padrão POE: IEEE 802.3af, IEEE 802.3at; Pino de energia POE: 1 a 8 suporte de alimentação de 8 núcleos, cabo Ethernet 1/2/3/6 e 4/5/7/8 fornecem alimentação de energia simultânea; Padrão IEEE 802.3at/af para portas POE (saída POE MÍN. 30 W); Consumo máximo de energia: 65 W; Fonte de alimentação: 48 a 57 VCC, 1,35A. <b>Garantia mínima 12 meses</b>	UN	29	1.344,90	39.002,10
9	<b>CÂMERA - TIPO I – 2MP BULLET IP</b> CÂMERA 2MP BULLET IP (REDE) FIXA, deverá ter imagens de alta qualidade, com no mínimo 2MP de resolução; possuir microfone embutido para captura de áudio em tempo real, resistente à água e poeira (IP67), deverá possuir igual ou superior as seguintes características: Possuir sensor de imagem: CMOS 1/2.8" CMOS com varredura progressivo; Possuir resolução de Vídeo 1920 x 1080. Ter iluminação mínima: Cor: 0.002 Lux @ F1.6, 0Lux com IR ligado; Possuir velocidade do obturador: 1/3 s até 1/100,000 s; Ter ajuste de ângulo: Panorâmica: 0° até 180°, inclinação: 0° até 75°, Rotação: 0° até 360°; Possuir obturador lento: Sim; Ter uma ampla faixa dinâmica do no mínimo: 120db; Lentes: Possuir tipo de lente e campo de visão: 3,6 mm, FOV horizontal 84°, FOV vertical 43°, DORI: Conseguir detectar à: 55 metros; Conseguir observar à: 22 metros; Conseguir reconhecer à: 11 metros; Conseguir identificar à:	UN	50	858,81	42.940,50



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

	<p>5 metros; Iluminador acoplado no case da câmera: Possuir infravermelho de no mínimo de 40m; Vídeo: Possuir resolução no mínimo de 2streams, stream primário de no mínimo 30 fps (1920 × 1080, 1280 × 720); stream secundário de no mínimo 30 fps (1280 × 720, 640 × 480, 640 × 360); Deverá ser capaz de fornecer fluxos com H.265 + / H.265 / H.264+ / H.264 / MJPEG; Deverá possuir taxa de bits de vídeo configurável de 32kbps a 8Mbps; Possuir compressão de Áudio: -UF: G.726 ou superior; Possuir nas regiões de interesse (ROI) no mínimo 01 região fixa para o fluxo principal e subcorrente. Deverá possuir Inteligência Artificial embarcada de busca inteligente de detecção de movimento de humanos e veículos e inteligência perimetral de linha virtual e cerca virtual (classificação de humanos e veículos); Suportar no mínimo os seguintes protocolos de rede: IPv4/IPv6, HTTP, HTTPS, QoS, FTP, SMTP, UPnP, SNMP, DNS, DDNS, NTP, RTSP, RTCP, RTP, TCP/IP, UDP, IGMP, ICMP, DHCP, SIP, PPPoE; Possuir API de interface de integração de vídeo em rede aberta; Possuir no mínimo 20 usuários; Deverá possuir e seu software de segurança no mínimo; Possuir configurações de imagem: Modo de rotação, saturação, brilho, contraste, nitidez, ganho, balanço do branco ajustável por navegador. Ter ampla faixa dinâmica: 120db; Ter interface de comunicação: 1 porta Ethernet 10/100 Mbps auto adaptativa; Possuir local de armazenamento tipo slot para cartão de memória embutido, suporte para cartão microSD/SDHC/SDXC de no mínimo de 256GB. DEVE SER FORNECIDO CARTÃO DE MEMÓRIA COMPATÍVEL DE 256 GB, COM AO MENOS 100MB/S DE VELOCIDADE DE LEITURA E 85MB/S DE GRAVAÇÃO; 01 (UMA) UNIDADE POR CÂMERA; Possuir microfone embutido; Função geral: Possuir o idioma de acesso a Web em Português; Ter condições de inicialização e operação: -30°C até 60°C, umidade 95% ou menos (não condensada); Possuir plug de energia coaxial com os seguintes parâmetros: Ter interface de energia: Ø5.5 mm plug de energia coaxial; Possuir entrada de alimentação: 12 VDC ± 25%, Consumo de energia e corrente: 12 VDC, 0.5 A, máximo 6,0 W; Interface de energia PoE, 802.3af, classe 3, 36 V até 57 V, 0.15 A, máximo 7,5W; O material do case da câmera deverá ser metal; Deve ser fornecida com suporte para fixação em parede, poste ou teto.</p> <p><b>Deverá ser compatível com o sistema DIGIFORT 7.4</b></p> <p>Garantia mínima 12 meses</p>				
10	<p><b>CÂMERA - TIPO II – VARIFOCAL 2MP BULLET IP</b></p> <p>CÂMERA 2MP VARIFOCAL BULLET IP (REDE) FIXA, deverá ter imagens de alta qualidade, com no mínimo 2MP de resolução; resistente à água e poeira (IP67), deverá possuir igual ou superior as seguintes características: Possuir sensor de imagem: CMOS 1/2.8” CMOS com varredura progressivo; Possuir resolução de Vídeo 1920 × 1080. Ter iluminação mínima: Cor: 0.002 Lux @ F1.5, 0Lux com IR ligado; Possuir velocidade do obturador: 1/3 s até 1/100,000 s; Ter ajuste de ângulo: Panorâmica: 0° até 360°, inclinação: 0° até 75°, Rotação: 0° até 360°; Ter uma ampla faixa</p>	UN	62	1.366,96	84.751,52



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

	<p>dinâmica do no mínimo: 120db; Lentes: Possuir tipo de lente varifocal Motorizada 2,7mm ~ 13,5 mm; Zoom Digital 16x e Zoom Óptico 5x, Iris eletrônica. Ângulo de visão, FOV horizontal 109° ~ 28°, FOV vertical 57° ~ 16°; Iluminador acoplado no case da câmera: Possuir infravermelho de no mínimo de 60m; Vídeo: Possuir resolução no mínimo de 2streams, stream primário de no mínimo 30 fps (1920 × 1080, 1280 × 720); stream secundário de no mínimo 30 fps (1280 × 720, 640 × 480, 640 × 360), Deverá ser capaz de fornecer fluxos com H.265 + / H.265 / H.264+ / H.264 / MJPEG; Deverá possuir taxa de bits de vídeo configurável de 32kbps a 8Mbps; Possuir compressão de Áudio: -UF: G.726 ou superior; Possuir nas regiões de interesse (ROI) no mínimo 01 região fixa para o fluxo principal e subcorrente; Suportar no mínimo os seguintes protocolos de rede: IPv4/IPv6, HTTP, HTTPS, QoS, FTP, SMTP, UPnP, SNMP, DNS, DDNS, NTP, RTSP, RTCP, RTP, TCP/IP, UDP, IGMP, ICMP, DHCP, SIP, PPPoE; Possuir API de interface de integração de vídeo em rede aberta; Possuir no mínimo 20 usuários; Deverá possuir e seu software de segurança no mínimo; Possuir configurações de imagem: Modo de rotação, saturação, brilho, contraste, nitidez, ganho, balanço do branco ajustável por navegador. Ter ampla faixa dinâmica: 120db; Ter interface de comunicação: 1 porta Ethernet 10/100 Mbps auto adaptativa; Possuir local de armazenamento tipo slot para cartão de memória embutido, suporte para cartão microSD/SDHC/SDXC de no mínimo de 256GB. DEVE SER FORNECIDO CARTÃO DE MEMÓRIA COMPATÍVEL DE 256 GB, COM AO MENOS 100MB/S DE VELOCIDADE DE LEITURA E 85MB/S DE GRAVAÇÃO; 01 (UMA) UNIDADE POR CÂMERA; Função geral: Possuir o idioma de acesso a Web em Português; Ter condições de inicialização e operação: -30°C até 60°C, umidade 95% ou menos (não condensada); Possuir plug de energia coaxial com os seguintes parâmetros: Ter interface de energia: Ø5.5 mm plug de energia coaxial; Possuir entrada de alimentação: 12 VDC ± 25%, Consumo de energia e corrente: 12 VDC, 0.5 A, máximo 13 W; Interface de energia PoE, 802.3af; O material do case da câmera deverá ser metal; Deve ser fornecida com suporte para fixação em parede, poste ou teto.</p> <p><b>Deverá ser compatível com o sistema DIGIFORT 7.4</b></p> <p><b>Garantia mínima 12 meses</b></p>				
11	<p><b>SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000 POE + 02 PORTAS SFP</b></p> <p>O Switch deverá possuir 24 portas Gigabit Ethernet PoE, 01 (uma) porta para fibra óptica SFP com velocidade de até 1000 Mbps. Com tecnologia PoE avançada, com suporte a modo estendido com acesso de longo alcance, sendo que a distância entre os IPCs e o Switch pode atingir até 300 metros. Possuir gerenciamento PoE inteligente, quando a fonte de alimentação excede o limite, as portas PoE gerenciam a fonte de alimentação de maneira inteligente, ou seja, dessa forma estende a vida útil do switch na transmissão PoE de longo alcance. Com uma fonte de alimentação adaptável de 4/8 núcleos garante menos</p>	UN	01	2.060,00	2.060,00



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

	<p>perda de energia nos cabos. Possuir proteção contra surtos de 6KV é totalmente confiável em ambientes adversos. Possuir suporte para fixação em rack 19".</p> <p><b>PARÂMETROS DE REDE:</b> Número de portas: 24 × 1000 Mbps portas PoE, 02 × 1000 Mbps porta de fibra óptica SFP; Tipo de porta: porta RJ45: full duplex, MDI/MDI-X adaptável; Padrão: IEEE 802.3, IEEE 802.3u, IEEE 802.3x; Modo de encaminhamento: Modo de encaminhamento: Armazena e encaminha; Modo de trabalho: Modo padrão (padrão); Modo estendido; Portas de alta prioridade: Portas de 1 a 8; Portas para transmissão de longa distância: Portos de 17 a 24; Tabela de endereços MAC: 4 K; Capacidade de chaveamento: 8,8 Gbps; Taxa de envio de pacotes: 6.547 Mpps; Cache interno: 2,75 Mbits.</p> <p><b>FORNECIMENTO DE ENERGIA POE:</b> Padrão PoE: IEEE 802.3af, IEEE 802.3at; Pino de energia PoE: 1-24 suporte de alimentação de 8 núcleos, cabo Ethernet 1/2/3/6 e 4/5/7/8 fornecem alimentação de energia simultânea; Porta PoE: Portos de 1 a 24; Potência máxima da porta: 30 W; PoE orçamento de energia: 230 W; Consumo máximo de energia: 250 W; Fonte de alimentação: 100 até 240 VAC, 50/60 Hz, Máximo 4 A.</p> <p>Garantia mínima 12 meses</p>				
12	<p><b>RECONHECIMENTO FACIAL DISPLAY TOUCH SCREEN, 7" POLEGADAS</b></p> <p>EQUIPAMENTO DE RECONHECIMENTO FACIAL conforme especificação abaixo descrita: Possibilitar leitura de reconhecimento de face; Ser um equipamento com display Touch Screen com uma tela não inferior a 7" com resolução de 1024 X 600 e solução do aspecto 16:9, brilho de luz suplemento ajustável; Lente dupla grande angular de 02 megapixels, resolução de no mínimo 1920 × 1080P com tecnologia WDR; Possuir padrão de vídeo NTSC; Possuir no mínimo o campo de visão: FOV horizontal 87°, FOV vertical 41,5°; Possuir no mínimo 03 métodos de abertura de porta (Face, senha e cartão); Possuir um banco de dados de face não inferior a 49.999 faces; Possuir um banco de cartões não inferior a 49.999 cartões; Possuir capacidade interna de no mínimo 4GB; Possuir capacidade interna de eventos não inferior a 299.999; Suporta reconhecimento de uma única pessoa e de até 5 pessoas no mínimo no mesmo instante; Possibilitar o reconhecimento facial a uma distância entre 30 centímetros a 3 metros no mínimo; Possuir modo de reconhecimento (autenticação): 1:1 e 1:N; Possuir acuracidade de reconhecimento superior a 99%; Possuir um tempo de reconhecimento inferior a 201ms por pessoa; Possuir porta de rede com Ethernet 10/100/1000Mbps auto adaptativa, possuir no mínimo os seguintes protocolos de rede: TCP/IP (IPv4 e IPv6), HTTP, HTTPS, SIP; Possuir Botão externo para chamar SIP; Possuir módulo de cartão integrado, suportar protocolo Mifare para cartão de aproximação, possuir a frequência de leitura do cartão 13,56MHZ, possibilitar a leitura do cartão a uma distância entre 0 a 5 centímetros no mínimo; Possuir microfone omnidirecional embutido e alto-falante embutido com potência de saída de 2 W; O áudio</p>	UN	05	2.028,89	10.144,45



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

	<p>bidirecional, com qualidade do tom (supressão de ruído e cancelamento de eco); Possuir tecnologia livenessdetection ou anti-spoofing (antifraude) para verificação em tempo real se o usuário com permissão de acesso está realmente presente no momento em que a operação estiver sendo realizada, evitar fraudes e o uso de imagens como fotos, utilizamos o processo de <u>prova de vida</u> para o momento da captura. Esse processo consiste na solicitação de diferentes movimentos como sorrir, piscar olhos e balançar a cabeça para garantir que o usuário correto tenha permissão validade do acesso. Possuir função de reconhecimento de código QR code; Possui possibilidade de anuncio de informação no visor do reconhecimento; Possuir função de sinalizador auditivo, esta função deverá emite aviso de áudio em português; Possuir no mínimo as seguintes interfaces: 01 (uma) conexão para RJ-45, 01 (uma) conexão para RS-485, 01 (uma) conexão para Wiegand, 01 (uma) conexão para USB, 01 (uma) saída de alarme e 02 (duas) entrada de alarme, 01 (uma) conexão para contato de porta, 01 (um) botão de saída; 01 (uma) conexão para trava, 01 (uma) conexão para tamper, 01 (uma) conexão para saída de áudio (3,5mm); Possuir o idioma da tela e de acesso a Web em Português; Possuir entrada de alimentação: 12 VDC <math>\pm</math> 25%, Consumo de energia e corrente: 12 VDC, 2 A, Suportar temperatura de operação não inferior a -30°C a +60°C; Possuir capacidade de proteção IP65.</p> <p><b>Deverá ser compatível com o sistema DIGIFORT 7.4</b></p> <p>Garantia mínima 12 meses</p>				
13	<p><b>INTERFONE IP PROTOCOLO SIP</b></p> <p>Interfone IP protocolo SIP e RTP deverá ter as características mínimas obrigatórias; Abertura da porta a partir de qualquer comunicador VoIP; Controle de volume de microfone e alto-falante separadamente; Integração LAN/PABX-IP SIP com servidor WEB interno para configuração; deverá opera o controle de acesso de forma Stand Alone, SIP e utilizar banco de dados SQL; Possibilitar operar chamada de vídeo, Codec de vídeo suportado: H.264; possibilitar a integração com sistema Asterisk; Realizar chamadas de telefonia SIP em alta voz, Codec de áudio suportado: G.711 U-law, Detecção e geração de DTMF (padrão RFC 2833); Possuir no mínimo as seguintes interfaces: Interface Ethernet; Potência da saída de áudio: 2W; Saída dos relés: 20 A / 125 VAC – 10 A / 220 VAC – 20 A / 14 VDC; 2 interfaces de comunicação wiegand para conexão de leitores RFIDs; 2 relés de contato seco para controle de acesso, Sensor de abertura de porta; Alimentação: 12 VAC / VDC 1 A.</p> <p><b>Deverá ser compatível com o sistema DIGIFORT 7.4</b></p> <p>Garantia mínima 12 meses</p>	UN	05	725,00	3.625,00



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

14	<p><b>CENTRAL CONTROLADORA DE ACESSO COM DISPLAY LCD TFT TOUCH SCREEN</b></p> <p>Central controladora de acesso deverá ter as características mínimas obrigatórias: Funcionamento autônomo ou controlado por software; Possuir com Display LCD TFT touchscreen com interface interativa; Protocolo TCP/IP e Contact ID: pronto para ser integrado com portaria virtual e central de monitoramento; Possuir Função Desperta Porteiro e Pânico do Usuário; Controlar até 8 receptores de cada tipo, ou 32 no total, podendo controlar até 128 portas; Possibilidade cadastrar até 12 mil dispositivos de acesso e 3 mil biometrias; Possuir alerta de clonagem de controles remotos – emite alertas sempre que houver tentativa de clonagem; Possuir no mínimo as seguintes interfaces: Conector P4 (2,1mm) para fonte de alimentação externa 12 V DC-2 A; Bateria CR2032 de 3V para manter o relógio interno; Conector Molex 5 vias, RS232 para comunicação com PC; Entrada digital para geração de evento de emergência; Conector polarizado com entrada Wiegand e 2 x RS485 – Alarme falta d'água e Biometria; Conexão CAN 1 e CAN 2 para comunicação com receptores (resistor 100R interno); Conector RJ-45-Ethernet (TCP/IP e UDP); Slot de entrada para Cartão Micro SD Interno, para backup automático e restauração de dados; Conector P2 para caixas acústicas amplificadas; Porta USB HOST (para teclado de computador, pen drive para backup/restauração, atualização de firmware) e Botão para atualização forçada do firmware.</p> <p>Garantia mínima 12 meses</p>	UN	01	810,00	810,00
15	<p><b>MÓDULO DE EXPANSÃO DE CONTROLE DE ACESSO</b></p> <p>Módulo de expansão de controle de acesso deverá ter as características mínimas obrigatórias: Modo de funcionamento selecionável; Deve possuir 04 (quatro) conexões Wiegand para leitores RFID e senha; Deve possuir 04 (quatro) conexões RS485 para leitores biométricos ou Antena TAG; Deve possuir 02 (duas) conexões RS232 para leitor QR Code e display de mensagens de texto; deve possuir 08 (oito) relés independentes (contato seco NA/NF) com tempo de retenção ajustável; Deve possuir Entrada USB host para atualização de firmware através de pen drive; deve possuir 16 (dezesesseis) entradas digitais para utilização com sensores e botões; Deve possuir envio alerta de carona e porta aberta/violada por meio de sensores agregados; Deve possuir comunicação CAN, 2 fios – segura e confiável e fonte de Alimentação 12 VDC – 2 A (fonte não inclusa).; Por questões de compatibilidade, deve ser do mesmo fabricante da central controladora de acesso.</p> <p>Garantia mínima 12 meses</p>	UN	02	854,91	1.709,82





# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

16	<b>CAIXA HERMÉTICA COR PRETA, TAMANHO: 14,5 X 10,5 X 7 CM</b> Caixa hermética cor Preta, deverá possuir no mínimo as seguintes características: Fixação em Poste e Cordoalha; Material anti-chama (não propaga o fogo); PP com proteção UV e estabilizador térmico; Sistema de trava; Travamento manual Flip Top; Semnecessidade do uso de ferramenta; Sistema de proteção contra violação; Local para colocação de lacre; Sistema de vedação 100% segura de chuva; Anel de borracha - tipo o'ring; Grau de proteção IP 65 e Tamanho: 14,5 x 10,5 x 7 cm. Garantia mínima 03 meses	UN	112	13,00	1.456,00
17	<b>CABO DE ENERGIA FLEXÍVEL PP 2 X 2,5 mm</b> Cabo de energia flexível PP 2 x 2,5 mm, Local de Instalação do Cabo em área Externa – cor preta - Cabo flexível pp monofásico 2 x 2,5 mm, Condutor de cobre nu flexível, com isolamento de composto de PVC, Antichamas, Condutor flexível de Cobre 750 V. Número de condutores: 2, Seção Nominal: 2,5 mm². Garantia de fábrica	METROS	300	5,13	1.539,00
18	<b>CABO DE REDE CAT.5E BLINDADO – USO EXTERNO</b> Cabo de rede par trançado 8 vias de uso interno e externo - Cabo MultiLan CAT.5e Blindado Indoor/Outdoor deverá ser e ter categoria 5e e ISO/IEC-11801, para cabeamento em ambiente interno ou externo. Utilizado de forma em bandejas ou em dutos sujeitos a alagamento temporário; Cabo de 04 pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre 100%, 24 AWG, Diâmetro nominal: 4,8mm, isolados em polietileno especial; Capa interna em PVC não propagante à chama, padrão CMX. Capa externa em PVC na cor preta resistente a intempéries. Fita bloqueadora de água entre as capas interna e externa. Blindagem em fita de poliéster metalizado aplicado sob a capa interna. Bobina de 305 metros Garantia de fábrica	BOBIN A	10	1.000,00	10.000,00
19	<b>CABO DE REDE CAT.5E – USO INTERNO</b> Cabo de rede par trançado - 8 vias de uso interno - Cabo Eletrônico MultiLan CAT.5e deverá ser e ter requisitos das normas ANSI/TIA-568-C.2 e ISO/IEC 11801, Categoria 5e, Cabo de 04 pares trançados compostos por condutores sólidos de 100% cobre, 24AWG, isolados em polietileno de alta densidade. Capa externa em PVC não propagante a chama. Bobina de 305 metros Garantia de fábrica	BOBIN A	02	854,91	1.709,82
20	<b>CABO DE FIBRA ÓPTICA DROP</b> Cabo de fibra óptica compacto de atrito reduzido (drop) deverá ter as características mínimas obrigatórias: Deve possuir características apropriadas para uso interno e externo, com capa constituída por material termoplástico de baixo atrito; Deve ser autossustentado, permitindo instalações aéreas entre postes em vãos livres de 80m sem cordoalha de aço; Deve permitir o uso em dutos e calhas; Deve atender aos requisitos da norma ITU-T G 657; Deve	METR O	7.000	0,48	3.360,00



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

	<p>possuir baixa sensibilidade a curvaturas; Deve possuir capa externa retardante à chama com classe de flamabilidade LSZH; Deve possuir dois elementos dielétricos com diâmetro nominal de 0,5 mm como elementos de tração da unidade óptica do cabo; Os elementos de tração devem possibilitar que o cabo seja empurrado pelo duto, dispensando a utilização de um guia na instalação; Deve possuir fio de aço galvanizado de 1,2 mm de diâmetro nominal como elemento de sustentação; O cabo deve ser composto por 1 fibra óptica do tipo monomodo (SM – Single Mode); Deve permitir operação com os comprimentos de onda de 1310 e 1550 nm; Deve apresentar carga máxima de instalação de pelo menos 600 N; Deve permitir temperatura de instalação e de operação de pelo menos de 0 a 40 graus; Deve possuir Coeficiente de atrito dinâmico máximo do revestimento externo de 0,25, conforme norma ANATEL.</p> <p>Deve possuir garantia do fabricante de pelo menos 02 (dois) anos ou 24 (vinte e quatro) meses comprovado por carta de fabricante e ou informação constante no site do fabricante;</p>				
21	<p><b>FONTE CARREGADORA TEMPORIZADA - COM SAÍDA 12V 2A</b></p> <p>Fonte carregadora com saída 12V 2A; deverá possuir temporizador integrado para acionamento de fechaduras eletromagnética; deverá possuir carregador de bateria inteligente (microprocessado); Possuir controle total de tensão, potência e corrente; Possuir indicação por LEDs de status de erro e carga para bateria; Deverá ter proteção ativa de saída digital com microcontrolador; Deverá ter proteção passiva de entrada e saída com fusíveis rearmáveis; Deverá ter proteção contra sobrecarga imediata; Possuir proteção contra superaquecimento; Possuir proteção contra sobrecarga temporizada de bateria defeituosa; Deverá ter entrada Full Range: 100 – 240vca, corrente de saída 2A; Deverá ter a saída de tensão: 13,8 Vcc.</p> <p>Garantia mínima 12 meses</p>	UN	06	111,06	666,36
22	<p><b>BATERIA 12V 7Ah SELADA</b></p> <p>Selada; recarregável; Dispositivo Compatíveis: alarme/Nobreak; Tensão: 12 Vdc; Capacidade: 7 Ah (C20); Carga em tensão constante (25 C); Flutuação: 13,6 a 13,8 V; Cíclico: 14,4 a 15,0 V; Corrente inicial: 2,10 A; Dimensões do produto: Peso: 2,035 Kg, Largura: 16 cm, Altura: 9 cm, Profundidade: 7 cm</p> <p>Garantia de fábrica</p>	UN	06	82,10	492,60



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

23	<b>FECHADURA ELETROMAGNÉTICA TIPO ELETROÍMÃ 150 KGF COM SENSOR DE ABERTURA</b> Fechadura eletromagnética com força de tração de pelo menos 150 Kgf e tensão de alimentação de 12V, com sensor de abertura. As fechaduras a serem fornecidas são do tipo eletroímã, próprias para instalação em portas (madeira, alumínio, aço e vidro), sendo que a mesma deve conseguir aliar características de fácil instalação, moderno design e construção robusta. As fechaduras deverão funcionar alimentadas em 12 Vcc, sendo que estando energizadas mantém as portas travadas, destravando-se por ocasião da desenergização, garantindo a sua liberação em casos de incêndio ou pânico. As fechaduras quando energizadas devem possuir força de atração de pelo menos 150kgf. Sensor interno para indicação do estado de travamento da fechadura; Temperatura de trabalho -15°C a 50 °C. Garantia mínima 12 meses	UN	06	299,00	1.794,00
24	<b>BOTÃO ACIONADOR PARA CONTROLE DE ACESSO COM 01 (UM) BOTÃO</b> Botão acionador de entrada e saída de alta resistência mecânica e robustez, moderno design, fácil operação e destinado a aplicações de controle de acesso. Com 01 (um) botão em aço inox e instalação de sobrepor; Tipo de contato: COM – NO; deverá possibilitar a instalação de sobreposto em paredes de alvenaria, gesso ou madeira; Caixa com furos para fixação e saída dos fios. Garantia de fábrica	UN	12	76,00	912,00
25	<b>MOLA HIDRÁULICA AÉREA</b> Força de fechamento 2/(3)/4 Ajuste de força Ajustável no braço, ser aplicável em portas de largura mínima de 850mm e peso mínimo de 40 , ser reversível (à direita ou à esquerda) ,tempo de resistência ao fogo de no mínimo 120 min, controle de velocidade de fechamento 180° - 15° Controle de velocidade de travamento 15° - 0° Amortecimento de Acima de 75° Ângulo mínimo de abertura 180° (2/3) - 105° (4) Resistência à corrosão Alta (umidade e intempéries). Garantia de fábrica	UN	06	70,47	422,82
26	<b>MÁQUINA DE CINTAR POSTE COM CATRACA</b> Máquina de cintar poste com catracapara fita 19mm GARANTIA DE FÁBRICA	UN	02	396,80	793,60
27	<b>FITA DE AÇO</b> Largura x Espessura x Compr: 17mm x 0,65mm x 30m Caixa com 30 metros Garantia de fábrica	CAIXA	10	39,49	394,90
28	<b>SUORTE ANCORAGEM FIBRA ÓPTICA</b> Roldana Plástica 2 Ranhuras Com Suporte Injetado na cor azul deverá:Fixar e proteger fixar e proteger os cabos de fibra óptica em instalações de telecomunicações.Oferecer suporte mecânico para os cabos, mantendo-os firmemente ancorados em estruturas, como postes, paredes ou caixas de distribuição.Ser fabricado em material resistente e durável, adequado para uso em ambientes externos.Acomodar vários tamanhos e tipos de cabos de	UN	350	3,80	1.330,00



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

	fibra óptica, desde cabos - individuais até cabos multifibras. Permitir fácil montagem e desmontagem, facilitando a instalação e manutenção. Possui recursos de alívio de tensão para evitar danos aos cabos devido a tensões excessivas. Ser resistente a intempéries, como umidade, calor, frio e radiação ultravioleta, garantindo sua durabilidade em diversas condições climáticas. Dimensões: Largura 6 cm, Altura 10 cm, Profundidade 10 cm. Garantia de fábrica				
29	<b>ALÇA PRÉ-FORMADA</b> Alça pré formada para ancoragens de cordoalha de aço galvanizada 3/16" (4,8mm) Garantia de fábrica	UN	225	4,88	1.098,00
30	<b>FITA ISOLANTE</b> Fita Isolante, entre 18mm e 19mm X 20m, Preta Garantia de fábrica	UN	50	3,72	186,00
	<b>FECHO DE AÇO</b> Fecho De Aço Inox 3/4 Dentado Para Fita Fusimec Garantia de fábrica	UN	300	0,89	267,00
32	<b>TUBO DE PROTEÇÃO (TUBETE) 60 mm</b> Tubo de proteção (Tubete) 60 mm para emenda de fibra óptica, dimensões: 60 mm x 3,0 mm x 1,5 mm, tubo transparente. Pacote com 100 unidades Garantia de fábrica	PACOTE	10	15,00	150,00
33	22615 <b>POSTE DE CONCRETO DUPLO T, MEDINDO 7,20 metros/100 DAN</b> Poste de concreto deverá ter as características mínimas obrigatórias: Poste duplo T com no mínimo 7,20 metros de altura com resistência nominal de 100 DAN; O poste deve apresentar superfícies externas suficientemente lisas, sem apresentar ninhos de concretagem, armadura aparente, fendas ou fraturas (exceto pequenas fissuras capilares, não orientadas segundo o comprimento do poste, inerentes ao próprio material; Os furos destinados à fixação de equipamentos deverão ser cilíndricos e os para passagem de condutores devem ser oblongos, com arremate na saída dos mesmos e devem atender, ainda, aos seguintes requisitos: a) os furos para fixação de equipamentos devem ter eixo perpendicular ao eixo do poste; b) todos os furos devem ser totalmente desobstruídos; c) O poste pode apresentar, em qualquer trecho, tolerância de retilidade de até 0,25 % de seu comprimento nominal.	UN	26	700,00	18.200,00
34	<b>CABO ÓPTICO CFOA-SM-AS80-2FO</b> a) Deve possuir características apropriadas para uso externo, com capa constituída por material termoplástico que o proteja contra intempéries e ação solar (proteção UV); b) O cabo deve ser do tipo loose; c) Deve ser dielétrico autossustentado, permitindo instalações aéreas entre postes com vãos livres de até 80m sem cordoalha de aço; d) Deve possuir revestimento primário em acrilato; e) Deve possuir unidade básica (tubos) para agrupamento de fibras de forma não aderente, proporcionando proteção	METRO	6000	3,00	18.000,00



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

	<p>mecânica dessas fibras;f) O interior do tubo deve ser seco (sem compostos gelatinosos), protegido por elementos hidro expansíveis para evitar a penetração de umidade; g) As fibras devem ser identificadas no interior do tubo através de cores, conforme ABNT; h) Deve possuir elemento central de material dielétrico no centro do núcleo para prevenir esforços do cabo. i) O núcleo do cabo deve ser formado pelas unidades básicas trançadas ao redor do elemento central. j) O núcleo do cabo deve ser seco e protegido com materiais hidro expansíveis para prevenir a entrada de umidade. k) O cabo deve possuir, sobre o núcleo, elementos de tração formados por fibras dielétricas de aramidas para fornecer resistência contra os esforços de tração; l) O cabo deve possuir um cordão para facilitar o rasgamento da capa;m) Deve permitir raio mínimo de curvatura de 20x diâmetro do cabo durante a instalação e de 10x diâmetro do cabo após instalado; n) Deve permitir temperatura de instalação e de operação de pelo menos de -10 a 50 graus;o) Deve possuir impresso na capa externa o nome do fabricante, a marca do produto, a data de fabricação e gravação sequencial métrica (em sistema de medida internacional SI); p) O cabo deve ser composto por 2 fibras ópticas do tipo monomodo (SM – Single Mode), com agrupamento de duas fibras em cada tubo; q) O cabo deve ter diâmetro externo máximo de 9,6 mm; r) Deve possuir massa nominal de no máximo 74 Kg/km; s) Deve permitir operação com os comprimentos de onda de 1310 e 1550 nm;t) Apresentar diâmetro do campo modal: t.1) 9,3 +/- 0,5 µm em 1310nm; t.2) 10,4 +/- 0,8 µm em 1550nm. u) Apresentar atenuação máxima de: u.1) 0,37 dB/km em 1310 nm; u.2) 0,23 dB/km em 1550 nm.v) O fabricante do cabo deverá possuir preferencialmente certificação ISO 9001 E ISO 14001; w) Demais características devem atender a norma ABNT NBR 14160; x) Deve possuir Certificação Anatel.y) Deve possuir garantia do fabricante de pelo menos 02 (dois) anos ou 24 (vinte e quatro) meses comprovado por carta de fabricante e ou informação constante no site do fabricante;</p>				
35	<p><b>CABO ÓPTICO CFOA-SM-AS80-6FO</b></p> <p>a) Deve possuir características apropriadas para uso externo, com capa constituída por material termoplástico que o proteja contra intempéries e ação solar (proteção UV); b) O cabo deve ser do tipo loose; c) Deve ser dielétrico autossustentado, permitindo instalações aéreas entre postes com vãos livres de até 80m sem cordoalha de aço; d) Deve possuir revestimento primário em acrilato; e) Deve possuir unidade básica (tubos) para agrupamento de fibras de forma não aderente, proporcionando proteção mecânica dessas fibras; f) O interior do tubo deve ser seco (sem compostos gelatinosos), protegido por elementos hidro expansíveis para evitar a penetração de umidade; g) As fibras devem ser identificadas no interior do tubo através de cores, conforme ABNT; h) Deve possuir elemento central de material dielétrico no centro do núcleo</p>	METRO	3000	3,08	9.240,00



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

	<p>para prevenir esforços do cabo. i) O núcleo do cabo deve ser formado pelas unidades básicas trançadas ao redor do elemento central. j) O núcleo do cabo deve ser seco e protegido com materiais hidro expansíveis para prevenir a entrada de umidade. k) O cabo deve possuir, sobre o núcleo, elementos de tração formados por fibras dielétricas de aramidas para fornecer resistência contra os esforços de tração; l) O cabo deve possuir um cordão para facilitar o rasgamento da capa; m) Deve permitir raio mínimo de curvatura de 20x diâmetro do cabo durante a instalação e de 10x diâmetro do cabo após instalado; n) Deve permitir temperatura de instalação e de operação de pelo menos de -10 a 50 graus; o) Deve possuir impresso na capa externa o nome do fabricante, a marca do produto, a data de fabricação e gravação sequencial métrica (em sistema de medida internacional SI); p) O cabo deve ser composto por 6 fibras ópticas do tipo monomodo (SM – Single Mode), com agrupamento de duas fibras em cada tubo; q) O cabo deve ter diâmetro externo máximo de 9,7 mm; r) Deve possuir massa nominal de no máximo 75 Kg/km; s) Deve permitir operação com os comprimentos de onda de 1310 e 1550 nm; t) Apresentar diâmetro do campo modal: t.1) 9,3 +/- 0,5 µm em 1310nm; t.2) 10,4 +/- 0,8 µm em 1550nm. u) Apresentar atenuação máxima de: u.1) 0,37 dB/km em 1310 nm; u.2) 0,23 dB/km em 1550 nm. v) O fabricante do cabo deverá possuir preferencialmente certificação ISO 9001 E ISO 14001; w) Demais características devem atender a norma ABNT NBR 14160; x) Deve possuir Certificação Anatel. y) Deve possuir garantia do fabricante de pelo menos 02 (dois) anos ou 24 (vinte e quatro) meses comprovado por carta de fabricante e ou informação constante no site do fabricante;</p>				
36	<p><b>CABO ÓPTICO CFOA-SM-AS80-12FO</b></p> <p>a) Deve possuir características apropriadas para uso externo, com capa constituída por material termoplástico que o proteja contra intempéries e ação solar (proteção UV); b) O cabo deve ser do tipo loose; c) Deve ser dielétrico autossustentado, permitindo instalações aéreas entre postes com vãos livres de até 80m sem cordoalha de aço; d) Deve possuir revestimento primário em acrilato; e) Deve possuir unidade básica (tubos) para agrupamento de fibras de forma não aderente, proporcionando proteção mecânica dessas fibras; f) O interior do tubo deve ser seco (sem compostos gelatinosos), protegido por elementos hidro expansíveis para evitar a penetração de umidade; g) As fibras devem ser identificadas no interior do tubo através de cores, conforme ABNT; h) Deve possuir elemento central de material dielétrico no centro do núcleo para prevenir esforços do cabo. i) O núcleo do cabo deve ser formado pelas unidades básicas trançadas ao redor do elemento central. j) O núcleo do cabo deve ser seco e protegido com materiais hidro expansíveis para prevenir a entrada de umidade. k) O cabo deve possuir, sobre o núcleo, elementos de tração formados por fibras dielétricas de aramidas para fornecer resistência contra os</p>	METRO	2000	4,00	8.000,00





# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

	<p>esforços de tração; l) O cabo deve possuir um cordão para facilitar o rasgamento da capa;m) Deve permitir raio mínimo de curvatura de 20x diâmetro do cabo durante a instalação e de 10x diâmetro do cabo após instalado; n) Deve permitir temperatura de instalação e de operação de pelo menos de -10 a 50 graus; o) Deve possuir impresso na capa externa o nome do fabricante, a marca do produto, a data de fabricação e gravação sequencial métrica (em sistema de medida internacional SI); p) O cabo deve ser composto por 12 fibras ópticas do tipo monomodo (SM – Single Mode), com agrupamento de duas fibras em cada tubo; q) O cabo deve ter diâmetro externo máximo de 9,8 mm; r) Deve possuir massa nominal de no máximo 75 Kg/km; s) Deve permitir operação com os comprimentos de onda de 1310 e 1550 nm; t) Apresentar diâmetro do campo modal: t.1) 9,3 +/- 0,5 µm em 1310nm; t.2) 10,4 +/- 0,8 µm em 1550nm. u) Apresentar atenuação máxima de: u.1) 0,37 dB/km em 1310 nm; u.2) 0,23 dB/km em 1550 nm. v) O fabricante do cabo deverá possuir preferencialmente certificação ISO 9001 E ISO 14001; w) Demais características devem atender a norma ABNT NBR 14160; x) Deve possuir Certificação Anatel. y) Deve possuir garantia do fabricante de pelo menos 02 (dois) anos ou 24 (vinte e quatro) meses comprovado por carta de fabricante e ou informação constante no site do fabricante;</p>				
37	<p><b>CAIXA DE EMENDA ÓPTICA PARA 24 FIBRAS</b>  a) O material deve cumprir plenamente as ações de proteger, acomodar e organizar; b) emendas de fibras ópticas e tubos contra ações externas prejudiciais as emendase aos tubos. c) Deve ser fornecido suporte tipo berço e respectivos elementos de fixação como abraçadeiras metálicas e suporte para instalações aéreas; d) A caixa de emenda deve ter a capacidade final de acomodação de no mínimo 01(um) cabo de 24 fibras ópticas; e) A caixa de emenda deve permitir a perfeita acomodação de splitter óptico não conectorizado; f) A caixa de emenda deve ser fabricada em material resistente a ação de raios ultravioleta; g) A caixa deve possuir no mínimo 03 (três) entradas/saídas que comportem cabos de fibra óptica nas bitolas de 05 mm a 17mm; h) A caixa deve possuir no mínimo 01 (uma) entradas/saída que possibilite a execução de emendas tipo sangria (sem o corte integral do cabo); i) A caixa deve admitir pressurização para provas de estanqueidade; j) A caixa deve possuir bandeja (s) para acomodação de no mínimo 24 (vinte e quatro) protetores de emendas; k) A caixa deve possuir dispositivo para armazenamento de no mínimo 02 (dois) tubos Loose ;L) A caixa deve possuir dispositivo (s) de vedação dos cabos, podendo ser: Através de borrachas e anéis de vedação; m) Dispositivos termocontráteis ou outros dispositivos que atendam este item; n) Deve ser fornecido kit de manutenção compreendendo: Sistema de selamento de entrada/saídas (em casos de retirada de cabos). O) Deve possuir, no mínimo, 01 (um) dispositivo/sistema por cada entrada/saída em relação à caixa ofertada; P) Sistema</p>	UN	30	232,92	6.987,60



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

	de derivação de cabos (no caso de dois ou mais cabos conjugarem a mesma entrada/saída). P) Deve possuir, no mínimo, 01 (um) dispositivo/sistema por cada entrada/saída que possibilite derivação em relação à caixa ofertada; Q) Havendo a necessidade de uso de ferramenta específica (proprietária) deve ser fornecido no mínimo 01 (um) kit de ferramenta para instalação; R) A caixa deve possibilitar as configurações de emendas tipo sangria (sem o corte integral do cabo), derivações e diretas; S) A caixa de emenda deve ser "Reentrável" - Para sua reabertura de manutenção ou instalação de novos cabos deve ser possível sem a necessidade de substituição do conjunto com pronto acesso; t) A Caixa de Emenda Óptica deve possuir fixação do membro de tração do cabo; U) Deve ser fornecida a quantidade de 24 (vinte e quatro) protetores de emendas para cada caixa fornecida.				
38	<p><b>CAIXA DE EMENDA ÓPTICA PARA 72 FIBRAS</b></p> <p>a) O material deve cumprir plenamente as ações de proteger, acomodar e organizar; b) emendas de fibras ópticas e tubos contra ações externas prejudiciais as emendas e aos tubos. c) Deve ser fornecido suporte tipo berço e respectivos elementos de fixação como abraçadeiras metálicas e suporte para instalações aéreas; d) A caixa de emenda deve ter a capacidade final de acomodação de no mínimo 01(um) cabo de 72 fibras ópticas; e) A caixa de emenda deve permitir a perfeita acomodação de splitter óptico não conectorizado; f) A caixa de emenda deve ser fabricada em material resistente à ação de raios ultravioleta; g) A caixa deve possuir no mínimo 05 (cinco) entradas/saídas que comportem cabos de fibra óptica nas bitolas de 05 mm a 21mm; h) A caixa deve possuir no mínimo 01 (uma) entradas/saída que possibilite a execução de emendas tipo sangria (sem o corte integral do cabo); i) A caixa deve admitir pressurização para provas de estanqueidade; j) A caixa deve possuir bandeja (s) para acomodação de no mínimo 72 (setenta e dois) protetores de emendas; k) A caixa deve possuir dispositivo para armazenamento de no mínimo 06 (seis) tubos Loose ;L) A caixa deve possuir dispositivo (s) de vedação dos cabos, podendo ser: Através de borrachas e anéis de vedação; m) Dispositivos termo contráteis ou outros dispositivos que atendam este item; n) Deve ser fornecido kit de manutenção compreendendo: Sistema de selamento de entrada/saídas (em casos de retirada de cabos). O) Deve possuir, no mínimo, 01 (um) dispositivo/sistema por cada entrada/saída em relação à caixa ofertada; P) Sistema de derivação de cabos (no caso de dois ou mais cabos conjugarem a mesma entrada/saída). P) Deve possuir, no mínimo, 01 (um) dispositivo/sistema por cada entrada/saída que possibilite derivação em relação à caixa ofertada; Q) Havendo a necessidade de uso de ferramenta específica (proprietária) deve ser fornecido no mínimo 01 (um) kit de ferramenta para instalação; R) A caixa deve possibilitar as configurações de emendas tipo sangria (sem o corte integral do cabo), derivações e</p>	UN	60	175,14	10.508,40



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

	diretas; S) A caixa de emenda deve ser “Reentrável” - Para sua reabertura de manutenção ou instalação de novos cabos deve ser possível sem a necessidade desubstituição do conjunto com pronto acesso; t) A Caixa de Emenda Óptica deve possuir fixação do membro de tração do cabo; U) Deve ser fornecida a quantidade de 72 (setenta e dois) protetores de emendas para cada caixa fornecida.				
39	<p><b>CAIXA DE TERMINAÇÃO ÓPTICA CTO.</b></p> <p>A Caixa de Terminação Óptica é utilizada para distribuição de cabeamento drop, podendo atender até 16 pontos. É usado como ponto de terminação do cabo backbone para conexão ao cabo final, no sistema de rede FTTx. Reúne emenda, divisão, distribuição, armazenamento e conexão de fibra em uma caixa de proteção adequada para construção da rede, à prova d'água e proteção UV. CARACTERÍSTICAS: Design à prova de água com nível de proteção IP-66, desenvolvida para uso externo; Integrado com bandeja para acomodação de emenda; Gerenciamento de fibra com curvatura adequada; Facilidade na manutenção e ampliação de capacidade; Controle do raio de curvatura da fibra de mais de 40mm; Adequado para emenda óptica de fusão ou mecânica; Gerenciamento eficiente de cabos; Possui 2 entradas de cabos AS com diâmetro de mínimo entre 7mm e 15mm; Possui no mínimo 16 entradas de cabo(fibra drop).A caixa deve possuir bandejas para acomodação de no mínimo 16 (dezesesseis) protetores de emendas; Deverá possuir 02 (duas) Bandejas de acomodação das fusões; Deve ser fornecida a quantidade de 32 (trinta e duas) protetores de emendas para cada caixa fornecida; Deve permitir instalação em parede ou poste ou cordoalha; Deve permitir sangria de cabos; Deve permitir fechamento com cadeado; Deve possuir componente para armazenamento de reserva de tubos loose; A acomodação, armazenamento, encaminhamento e proteção de fibra deve ser feita em ambiente separado dos cabos de derivação (drop); Deve permitir a acomodação de splitter óptico; Deve possuir certificação Anatel;</p>	UN	30	108,50	3.255,00
<b>VALOR TOTAL GERAL R\$</b>				<b>340.526,48</b>	

Obs.: Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASNET, “SIASG” OU NOTA DE EMPENHO, prevalecerá sempre à descrição deste Edital.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O descritivo e estimativa da quantidade dos equipamentos e materiais a serem adquiridos está de acordo com levantamento realizado pela equipe técnica da Divisão de Segurança Eletrônica da SMSP – DVSEA o qual se basearam nas justificativas das emendas impositivas e suas necessidades, bem como nas demandas existentes para realização da manutenção do Sistema de Videomonitoramento.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado a partir da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

## **1.5. Justificativa e objetivo da contratação**

1.5.1. Em face do elevado quantitativo de ocorrências nas quais o efetivo da Polícia Militar e da Guarda Municipal atua diuturnamente, seja em caráter preventivo ou repressivo, com vistas à preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, tem a necessidade fundamental de contar com o referido SVM, a pretensa aquisição possui como principal premissa preservação da vida e do patrimônio, garantindo a qualidade mínima para a utilização futura e a melhoria no desempenho, produtividade, ampliação e otimização dos trabalhos operacionais relacionados à Segurança Pública desenvolvidos pela SMSP e outros órgãos de Segurança, além da realização da manutenção do Sistema de Videomonitoramento em operação.

1.5.2. A ampliação e manutenção do Sistema de Videomonitoramento - SVM também se faz necessária em complemento a política de Segurança Pública presente no município de Foz do Iguaçu, a qual devida sua localização existe peculiaridades neste seguimento que a difere de outros municípios, a finalidade da demanda apresentada tem por objetivo prestar um serviço de qualidade no tocante a segurança ao munícipe, bem como no monitoramento de locais estratégicos, corroborando, com os demais órgãos de Segurança Pública no combate a pratica de ilícitos.

1.5.3. A proposta para aquisição de equipamentos e materiais para manutenção e ampliação do SVM demonstra-se importante para a ampliação e da continuidade dos trabalhos executados pelo Gabinete de Gestão Integrada Municipal - GGIM.

1.5.4. A ampliação do Sistema de Videomonitoramento - SVM definido como sendo o emprego de tecnologias de vídeo vigilância em vias e espaços públicos abertos se faz necessário com a finalidade de potencializar e aumentar a presença da Guarda Municipal em cooperação com a Polícia Militar, com a finalidade de prover uma maior vigilância, bem como a segurança para os munícipes. O SVM é composto por câmeras de vídeo e equipamentos que, por meio da rede de fibra óptica do município, transmitem imagens em tempo real a uma central de monitoramento.

1.5.6. A estipulação e definição dos locais onde serão instalados os equipamentos para implantar e ampliar o sistema de videomonitoramento do município se dará em conformidade com a necessidade da municipalidade e do interesse público, em estrita observância ao limite de recursos orçamentários para a contratação e lastreados no levantamento das necessidades a fim de atender aos Logradouros e Centros Habitacionais Residenciais, realizados internamente pela administração pública; sendo que a solução do SVM baseada em padrões adotados pela SMSP visando sua integração ao sistema de Videomonitoramento já existente.

1.5.7. A presente aquisição atenderá às necessidades de ampliação no sistema de monitoramento, dando assim mais segurança a comunidade dos Bairros Parque da Lagoa 1, 2 e 3, bem como os Centros Habitacionais Residenciais: Residencial Angatuba I, Residencial Angatuba II, Residencial M' boicy I, Residencial M' boicy II, Condomínio do Idoso, Residencial Santa Rita, Residencial Grande Lago e um Sistema de monitoramento interno e controle de acesso na SMSP.

1.5.8. Equipamentos e materiais estão sendo adquiridos para a manutenção do sistema de videomonitoramento urbano em vias e áreas públicas. Este sistema consiste em uma solução integrada, modular e informatizada para captura e análise de imagens. Os principais componentes incluem câmeras de vídeo monitoramento, switches para comunicação de dados, servidores para armazenamento e processamento de dados, central de monitoramento, sistema informatizado para reprodução e gravação de imagens, e infraestrutura de rede lógica, incluindo fibra óptica.

1.5.9. Este sistema foi inicialmente estabelecido pelo Termo de Convênio nº 74.296/2010 entre o MJ/SENASP e o município de Foz do Iguaçu, com implantação concluída no primeiro trimestre de 2013 (1ª Fase – 124 câmeras) e homologação em 16/10/2013. No mesmo ano, foi firmado um segundo convênio sob o número 785113/2013 para a continuação do projeto. A segunda fase teve início em 2017, conforme contrato nº 27/2017, resultando na ampliação do sistema com mais 134 câmeras, concluída em 2019. Além disso, houve investimentos municipais adicionais em novos pontos de câmeras, totalizando atualmente 325 câmeras instaladas no município.



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

1.5.10. Também serão adquiridos equipamentos para implantação de um Sistema de monitoramento interno e controle de acesso na SMSP, visando o controle de acesso dos usuários e funcionários, bem como, aumentando a segurança de áreas sensíveis, em relação a produtos controlados pelo Exército Brasileiro.

1.5.11. Além dos equipamentos e acessórios constantes previsto para aquisição, também serão adquiridos ferramentas e insumos necessários para execução da instalação dos mesmos

1.5.12. Destaco que os serviços de instalação dos equipamentos bem como da manutenção do Sistema do Videomonitoramento serão realizados pela equipe técnica da Divisão de Segurança Eletrônica da SMSP – DVSEA. Esta equipe técnica e qualificada desde 2019 é responsável pela manutenção contínua do sistema de videomonitoramento urbano – SVM, sendo a aquisição de novos materiais e equipamentos é essencial para garantir a eficiência e a realização dos reparos necessários para a operação adequada do sistema.

1.5.13. A implantação do sistema não exclui a necessidade da vigilância e do patrulhamento já efetuada pela Guarda Municipal, mas garante uma maior eficiência das ações de repressão, além de antecipar as ações de prevenção. Espera-se que com a ampliação do sistema de videomonitoramento existente na SMSP haja uma efetiva prevenção de ações, garantindo a disponibilidade, segurança e operação do sistema de segurança eletrônica, melhorando e ampliando o sistema.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A contratação pretendida está alinhada com o planejamento orçamentário da PMFI previsto para o atual exercício, assim como com o Plano de Contratações Anual da SMSP para o exercício 2024, sendo que serão utilizados recursos oriundos das Emendas de Execução Obrigatória abaixo descrita bem como recursos próprios do município, todos compatíveis com a Lei de Diretrizes orçamentárias.

EMENDA IMPOSITIVA	JUSTIFICATIVA	VALOR
178/2021	Aquisição de Equipamentos de Vigilância a ser aplicado na melhoria do sistema de Monitoramento e da Segurança local, em observância aos conceitos e diretrizes alinhados com a temática “Cidades Inteligentes” institucionalizada no município pela lei complementar 283/2017 e Decreto Municipal 28.244/2020, em conformidade com o requerido pela Vereadora Anice através do Ofício 06/2023 e MI 11822/2023 – SMAD.	70.000,00
259/2022	Aquisição de materiais, serviços e equipamentos para o desenvolvimento das atividades da unidade e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	150.000,00
130/2022	Auxiliar nas demandas da SMSP para aquisição de um sistema de monitoramento e segurança para a estrutura da Guarda Municipal que aloca diversos materiais de segurança.	45.000,00
156/2023	Aquisição de câmeras de segurança que auxiliará a melhoria na Segurança Pública do município.	20.000,00

## 3. DESCRIÇÃO DO OBJETO COMO UM TODO CONSIDERADO O SEU CICLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Aquisição de equipamentos, materiais e insumos necessários para instalação e ampliação do sistema de Videomonitoramento Urbano do município com base na Secretaria Municipal de Segurança Pública para atender os Logradouros dos Bairros Parque da Lagoa 1, 2 e 3, bem como os Centros Habitacionais Residenciais: Residencial Angatuba I, Residencial Angatuba II, Residencial M'boicy I, Residencial M'boicy II, Condomínio do Idoso, Residencial Santa Rita, Residencial Grande Lago e um Sistema de monitoramento interno e controle de acesso na SMSP e para realização de manutenção do Sistema de Videomonitoramento Urbano em operação,.





# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

3.2. Estabelecida à necessidade da aquisição por meio de emenda impositiva e suas respectivas justificativas também através de recursos próprios, bem como definido o descritivo técnico e quantitativo dos equipamentos e materiais a serem adquiridos pela equipe técnica da Divisão de Segurança Eletrônica da SMSP, **demonstrado no Item 1.1 deste Termo.**

3.3. **Economia de Recursos:** A aquisição de novas tecnologias poderia implicar em custos significativos, não apenas financeiros, mas também em termos de tempo de treinamento do pessoal e reconfiguração da infraestrutura existente. Portanto, é de suma importância que os equipamentos adquiridos possam ser integrados com a infraestrutura existente sem a necessidade de investimentos significativos em treinamento ou alterações de infraestrutura.

3.4. **Qualidade e Durabilidade:** Os equipamentos de videomonitoramento e controle de acesso devem ser de alta qualidade, duráveis e confiáveis, capazes de operar eficientemente em todas as condições climáticas e ambientais típicas.

3.5. **Suporte Técnico:** As empresas contratadas deverão fornecer suporte técnico eficaz e oportuno, tanto na fase de implementação como durante prevalecer a garantia dos equipamentos. Este suporte deve incluir assistência técnica e manutenção.

3.6. **Capacidade de Expansão:** Os equipamentos a ser adquiridos devem ser flexíveis e escaláveis, permitindo futuras expansões ou upgrades conforme necessário, sem a necessidade de substituir todo o sistema.

3.7. **Conformidade com as Normas:** Todos os equipamentos e serviços devem estar em conformidade com as normas de segurança e qualidade aplicáveis, bem como com as normas legais e regulatórias relativas à proteção de dados e à privacidade.

3.8. Os materiais de rede lógica devem incluir cabos, conectores, roteadores, switches, nobreaks e demais acessórios necessários para garantir a conectividade e a qualidade do sinal entre os equipamentos do sistema de segurança eletrônica.

3.9. Os materiais elétricos devem incluir fios, tomadas, disjuntores, quadros de distribuição e demais componentes necessários para garantir o fornecimento e a proteção da energia elétrica para os equipamentos do sistema de segurança eletrônica.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1. Disposições Gerais

4.1.1. As contratadas deverão cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.1.2 Na presente Licitação em conjunto com a **proposta de preço final**, a empresa arrematante deverá apresentar catálogo, ficha técnica (datasheet) ou documento equivalente, em português, com especificações técnicas da marca e modelo ofertado, para verificação da compatibilidade com as especificações solicitadas. As informações apresentadas deverão corresponder exatamente às características dos bens ofertados, não sendo aceitos documentos que se limitem a repetir os padrões mínimos e máximos dispostos no termo de referência.

4.1.3. As contratadas deverão efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, bem como naquelas resultantes de sua proposta, devendo já estar inclusos nos valores propostos todos os custos, impostos, taxas e demais encargos pertinentes à formação do preço, acompanhado da respectiva.

#### 4.1.4. Compatibilidade com Tecnologia Existente: As

- **CÂMERA - TIPO I – 2MP BULLET IP (item 09),**
- **CÂMERA - TIPO II – VARIFOCAL 2MP BULLET IP (item 10),**
- **RECONHECIMENTO FACIAL DISPLAY TOUCH SCREEN, 7" POLEGADAS (item 12),**
- **INTERFONE IP PROTOCOLO SIP (item 13) devem ser totalmente compatíveis com o Sistema DIGIFORT.**





# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

**4.1.5 O ITEM 14 e o ITEM 15 deverão ser fornecidos por uma ÚNICA EMPRESA, tendo em vista que os mesmos deverão ser compatíveis entre si, em face de necessidade da comunicação de dados (o item 15 se trata de uma extensão do item 14).**

**4.1.6. As contratadas deverão emitir declaração informando que disponibilizará infraestrutura de suporte e assistência técnica em âmbito nacional no momento de avaliação da proposta, sob pena de desclassificação.**

4.1.7. A solução completa será instalada por profissionais qualificados e habilitados da Divisão de Segurança Eletrônica da SMSP – DVSEA, seguindo as normas técnicas e de segurança vigentes.

## **4.2. Sustentabilidade**

4.2.1. A contratação do objeto pode apresentar impactos ambientais, tanto diretos quanto indiretos, dentre os principais estão:

4.2.1.1. Consumo de Energia: Equipamentos de videomonitoramento e controle de acesso são eletrônicos que consomem energia constantemente. A eficiência energética desses dispositivos deve ser uma prioridade na hora da escolha dos equipamentos.

4.2.1.2. Geração de Resíduos Eletrônicos: Durante a vida útil do projeto, haverá geração de resíduos eletrônicos, desde a troca de equipamentos obsoletos até eventuais manutenções. É importante garantir que esses resíduos sejam adequadamente descartados, preferencialmente através de parceiros que possam realizar a reciclagem destes materiais.

4.2.1.3. Eficiência Energética: A seleção de equipamentos com alto grau de eficiência energética não apenas reduzirá o impacto ambiental, mas também resultará em economia de custos em longo prazo.

4.2.1.4. Política de Descarte Responsável: Estabelecer uma política de descarte responsável para os resíduos eletrônicos gerados, promovendo a reciclagem e a reutilização sempre que possível.

4.2.1.5. Educação Ambiental: Fornecer treinamento aos funcionários sobre a importância da sustentabilidade e como eles podem contribuir para reduzir o impacto ambiental das atividades da SMSP como um todo.

4.2.1.6. Uso de Tecnologias Sustentáveis: Sempre que possível, optar por tecnologias que minimizem o impacto ambiental, como o uso de cabos produzidos com materiais reciclados ou a instalação de painéis solares para alimentar parte dos equipamentos.

## **4.3. Da Exigência da Amostra**

**4.3.1. Na presente Licitação em conjunto com a proposta de preços final, a empresa arrematante deverá apresentar de cada item, catálogo, ficha técnica (datasheet) ou documento equivalente, em português, com especificações técnicas da marca e modelo ofertado, para verificação da compatibilidade com as especificações solicitadas.**

**4.3.2. As informações apresentadas deverão corresponder exatamente às características dos bens ofertados, não sendo aceitos documentos que se limitem a repetir os padrões mínimos e máximos dispostos no termo de referência.**

**4.3.3. O não fornecimento dos catálogos, ficha técnica (datasheet) ou documento equivalente exigidas, ou a reprovação dos mesmos por ser de qualidade inferior ou de qualidade duvidosa, acarretará na desclassificação da proponente.**

**4.3.4. Os catálogos e/ou ficha técnica e toda documentação exigida será analisadas pelos fiscais indicados pela Secretaria Municipal de Segurança Pública constantes neste Termo de Referência.**

## **4.4. Subcontratação**

4.4.1. Não é admitida a subcontratação para fornecimento do objeto contratual, apenas para entrega (transporte) e assistência técnica.



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1. Da Garantia

5.1.1. O período de garantia dos equipamentos permanentes e todas as suas partes (acessórios e peças de reposição) consta descrito em cada item no quadro de descritivos dos produtos – ITEM 1.1, contados a partir do recebimento definitivo.

5.1.2. Caso a garantia do fabricante para o equipamento for maior que a do fornecedor vencedor, fica prevalecendo à garantia do fabricante para o bem ou parte integrante do mesmo, contado a partir do recebimento definitivo dos bens.

5.1.3. O período de Garantia dos materiais de consumo e insumos será de acordo com a garantia do fabricante.

5.1.4. O prazo descrito da garantia será contado a partir da data de recebimento, de forma definitiva pela administração, sendo que as reivindicações da garantia contra quaisquer defeitos de fabricação poderão ocorrer de forma imediata ou ao longo do período, e visam à reposição ou reparação contra defeitos de fabricação, os quais poderão ocorrer de imediato ou ao longo deste período, em decorrência do uso e do desgaste sofrido, salvo se o dano foi causado por imprudência ou negligência do usuário do produto, situação em que o ônus da prova de “mau uso” recairá sobre a empresa, incluindo os custos para emissão de laudos técnicos e demais despesas relacionadas à constatação e comprovação da indevida utilização pela contratante.

5.1.5. O prazo a que se refere o subitem anterior ficará suspenso a partir do acionamento da garantia até a devolução do mesmo para a contratada e o aceite da mesma.

5.1.6. No caso dos produtos que apresentarem defeitos e for substituída, a garantia será contada a partir da nova data de entrega dos equipamentos. A empresa deverá fornecer certificados de garantia, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.

5.1.7. As empresas contratadas deverão apresentar, por ocasião da entrega do objeto licitado, os Certificados de Garantia dos produtos fornecidos, em conformidade com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, indicando o prazo da garantia do produto, no idioma português, abrangendo todos os aspectos técnicos, funcionais e operacionais necessários à completa e correta operação e manutenção do objeto.

5.1.8. Os certificados de garantia ou equivalente deverá estabelecer de maneira clara e adequada em que consiste a mesma, bem como a forma, o prazo e o lugar em que poderá ser exercitado, o ônus a cargo das contratadas, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de uso do produto, se couber.

5.1.9. Durante o período da garantia, as CONTRATADAS serão obrigadas a reparar, corrigir no total ou em parte para seu pleno funcionamento, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

5.1.10. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos e materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.1.11. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos produtos pelas próprias contratadas, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.1.12. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos produtos, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.1.13. Uma vez notificadas, as Contratadas deverão realizar a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da administração pelas Contratadas ou pela assistência técnica autorizada.

5.1.14. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada das Contratadas, aceita pelo Contratante.

5.1.15. Deverá ser substituído por novo, de igual qualidade e característica, sem custo para a CONTRATANTE, em até 15 (quinze) dias, qualquer material e/ou equipamento, acessório ou peça de reposição imediata que,



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

submetidos à garantia ou assistência técnica superarem o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do seu acionamento, para saneamento do problema ou equipamentos e peças/acessórios que não tiverem conserto.

5.1.16. Os produtos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores indicada pelo fabricante.

5.1.17. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelas contratadas, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir das contratadas o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos e materiais.

5.1.18. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade das contratadas, assim como demais despesas.

5.1.19. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.1.20. Deverão fornecer o endereço, local, responsável técnico, com telefones, celulares de contato e correio eletrônico (e-mail), a fim de permitir o imediato acionamento.

5.1.21. Aplicam-se no que couberem, os termos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à oferta de reposição do produto ou de peças, ainda que cessada a sua fabricação ou importação.

## **5.2. Da Assistência Técnica**

5.2.1. As contratadas deverão emitir declaração informando que disponibilizará infraestrutura de suporte e assistência técnica em âmbito nacional no momento de avaliação da proposta, sob pena de desclassificação.

5.2.2. O serviço de assistência técnica deverá ser prestado de acordo com os manuais e normas técnicas específicas do fabricante, durante o prazo de garantia, com a finalidade de manter os bens em perfeitas condições de uso.

5.2.3. Os chamados relativos à assistência técnica serão solicitados mediante consulta ao fornecedor e/ou fabricante, conforme dados disponibilizado pela contratada, podendo ser por telefone, pessoalmente, via web e outros, devidamente formalizado com documento específico para este fim.

5.2.4. As contratadas deverão indicar a prestadora de assistência técnica dos produtos em território nacional, preferencialmente na região do município de Foz do Iguaçu, de maneira inequívoca sendo responsabilidade da contratada/empresa a coleta, transporte, armazenamento e devolução sem ônus a Administração.

## **5.3. Condições de Entrega**

5.3.1. As contratadas deverão entregar equipamento/material objetos deste Termo de Referência, por completo em até 30 (trinta) dias contadas a partir do recebimento da nota de empenho encaminhada pela contratante.

5.3.2. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada das Contratadas, aceita pelo Contratante.

5.3.3. As empresas vencedoras do certame deverão entregar os bens na sede da Secretaria Municipal de Segurança Pública, situada a Rua Edgard Schimmelpfeng, 43, Parque Presidente I, Foz do Iguaçu – PR, CEP 85.863-220, no horário de expediente, (das 07h30min às 13h30min).

5.3.4. Todo o objeto deste termo deverá ser novo (sem uso) sendo seu transporte realizado em suas embalagens originais, devidamente protegidas e embaladas adequadamente contra danos de transporte, manuseio, acompanhadas da respectiva nota fiscal.

5.3.5. Os equipamentos e materiais deverão ser fornecidos com os respectivos catálogos, ficha técnica (datasheet) ou documentos equivalentes, constando as características técnica dos mesmos.



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

5.3.6. A licitante vencedora deverá entregar os produtos idênticos (mesma marca e modelo) à amostra aceita, desde que aceite e homologado pela Administração na entrega total dos itens licitados, caso não seja compatível com apresentados durante a fase da aceite da amostra os mesmos serão devolvidos, acarretando inclusive a aplicação de penalidades à empresa, podendo a mesma ser suspensa do direito de contratar com o Município.

5.3.7. Todos os equipamentos e materiais objeto deste Termo deverão ser entregues em conformidade com a nota de empenho e os termos do edital de licitação.

5.3.8. Todos os custos/despesas oriundos do objeto da presente licitação serão suportados pela licitante vencedora.

## **5.4. Da Logística Reversa**

5.4.1. Considerando que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos eletrônicos deverão estruturar, implementar e operar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, além de assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da logística reversa (art. 33, VI, da Lei nº 12.305, de 2010 c/c incisos I e II do artigo 14 do Decreto nº 10.936, de 2022).

5.4.2. Para atender à exigência de logística reversa, com relação à aquisição dos equipamentos e materiais eletrônicos/eletroeletrônicos constante neste termo, as contratadas deverão adotar medidas específicas para garantir a correta destinação e reciclagem desses produtos ao final de sua vida útil.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

## **6.5. Fiscalização**

6.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou pelo respectivo substituto.

6.5.2. Ficam designados GESTOR e FISCAIS do contrato do presente instrumento contratual os servidores abaixo:

**Gestor:** Alexandre Augusto de Souza Gomes – Diretor DILO/SMSP

**Fiscais:** Marcio do Prado – Chefe Divisão de Segurança Eletrônica/DILO/SMSP

Nivaldo Guisso – Guarda Municipal de 1ª Classe

### **6.5.3. Fiscal do Contrato**

6.5.3.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme as competências definidas na legislação municipal.

6.5.3.2. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

6.5.3.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.5.3.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.5.3.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.5.3.6 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.5.3.7. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme as competências definidas na legislação municipal.

6.5.3.8. Caso ocorram descumprimentos das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

## 6.5.4. Gestor do Contrato

6.5.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.5.4.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme as competências definidas na legislação municipal.

6.5.4.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.5.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atestado de cumprimento de obrigações.

6.5.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.5.4.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## 6.6. Infrações e Sanções Administrativas

6.6.1. Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas no art. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e às demais cominações estabelecidas no Decreto Municipal nº 32.398, de 28 de março de 2024 e previstos no instrumento convocatório, resguardado o direito à ampla defesa, contraditório e devido processo legal.





# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **7.1. DO RECEBIMENTO**

7.1.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação.

7.1.2. Os equipamentos e materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado o prazo para substituição por igual período mediante justificativa e autorizado pela administração pública, a contar da notificação das contratadas, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades; sob pena de aplicação das sanções previstas em lei.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. Não serão admitidos para efeito de recebimento itens que estejam em desacordo ou conflitantes com quaisquer especificações prescritas neste Termo de Referência e em desacordo com o produto apresentado na proposta.

7.1.6. O recebimento do objeto está condicionado à conferência, ao exame qualitativo e à aceitação final, obrigando-se a CONTRATADA a reparar, corrigir, substituir, no todo ou em parte, sanar os vícios, defeitos ou as incorreções porventura detectadas.

7.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da contratante não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo, nem por quaisquer danos ou irregularidades constatadas a posterior.

7.1.9. A Contratada deverá responsabilizar-se pelos ônus decorrentes de despesas com transporte, extravio e danos acidentais no trajeto; tanto para a entrega quanto em caso de necessidade de devolução é do contratado. Os produtos deverão ser entregues na totalidade constante da Nota de Empenho, sem ônus de frete ao município, seguindo as melhores práticas de transporte e acompanhados das respectivas Notas Fiscais.

7.1.10. O recebimento definitivo do objeto não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e alterações, pela má qualidade ou divergência na descrição que venha ser constatada em momento posterior.

### **7.2. Liquidação e Pagamento**

7.2.1. O prazo para liquidação da despesa é de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal, conforme disposto no artigo 323, I do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

7.2.2. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato.

7.2.3. O pagamento será efetuado em moeda corrente brasileira, em até 10 (dez) dias úteis, após a liquidação da despesa, conforme disposto no artigo 323, I do Decreto Municipal nº 32.398/2024, vedado a sua antecipação.





# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

7.2.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7.2.5. O faturamento deverá ser apresentado e protocolado, em uma via original, no protocolo geral na sede da contratante;

7.2.6. É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, na forma contida no Decreto Municipal nº 21.524 de 02 de agosto de 2012, expedida em conformidade com a legislação federal (Protocolo ICMS 42/2009). No ato do pagamento a CONTRATANTE efetuará a retenção na fonte do Imposto de Renda – IR incidente sobre os pagamentos destinados às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, com base no Decreto Municipal nº 31.634, de 31 de julho de 2023, Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e alterações posteriores.

7.2.7. Deverão constar na NF-e (Nota Fiscal) o número da nota de empenho, o número da conta, os tipos, as quantidades e os valores efetivos dos itens a serem pagos, bem como respectivo termo de entrega.

7.2.8. Recomenda-se a apresentação dos documentos de regularidade fiscal para fins de pagamento: CND's (Federais, Estaduais e Municipais); Certificado de regularidade do FGTS e CND Trabalhista;

7.2.9. Para fins de certificação, liquidação e pagamento da Nota Fiscal o Gestor e Fiscal do contrato, descritos neste Termo de Referência, efetuarão a verificação, análise, conferência e consistência de todos os dados e informações contidas na Nota Fiscal) e demais documentos, confrontando-os com este Termo de Referência e com o instrumento contratual, atestando a veracidade e conformidade com os serviços produtos.

7.2.10. Caso a NF-e (Nota Fiscal) apresente erros, irregularidades, falhas ou omissões que comprometam a liquidação da despesa, ou não vier acompanhada das documentações exigidas, ou os itens adquiridos não tiverem sido entregues de acordo com as condições e especificações descritas neste Termo de Referência, bem como com o instrumento contratual, o prazo para o pagamento somente começará a ser contado a partir da data em que tais impropriedades forem sanadas.

7.2.11. Em conformidade com o Decreto nº 31.634 de 31 de julho de 2023, a partir de 14/08/2023, os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta deverão proceder à retenção do Imposto de Renda - IR ao efetuarem pagamento a fornecedores, referente a qualquer mercadoria ou serviço prestados, constantes no Anexo Único de referido Decreto.

7.2.12. Não estão sujeitos à retenção do IR do item anterior os pagamentos realizados a pessoas ou serviços e mercadorias elencados no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, em conformidade ao § 2 do art. 1º do Decreto nº 31.634/2023.

7.2.13. Consoante o art. 2º do Decreto nº 31.634/2023, pessoas jurídicas amparadas por essa isenção, não incidência ou alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

7.2.14. A empresa deverá providenciar seu cadastro junto ao Município de forma antecipada nos seguintes sistemas:

c) Para o pagamento: <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/portalempresarial/aberturaprocesso/protocolo>

d) O responsável, pela assinatura do Contrato, deverá estar cadastrado no sistema (SID), do município de Foz do Iguaçu, para habilitação da assinatura eletrônica, amparado pelo decreto nº 28900/2021-PMFI. Link para cadastro: <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PORTALSERVIDOR/Usuario/Editar>



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

## **7.4. Do critério de Reajuste/Repactuação**

7.4.1. Os preços são fixos, porém reajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, adotando-se a seguinte regra (não é da assinatura do contrato).

7.4.2. Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I^o$  = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, se houver o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.4.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.4.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.4.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.4.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE**

8.1. Rejeitar todo ou em partes o material licitado que não atendam aos requisitos constantes das especificações do Termo de Referência;

8.2. Providenciar o pagamento à CONTRATADA conforme condições estabelecidas neste Termo de referência e Edital de Licitação.

8.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato, por meio de servidores especialmente designados, conforme constante nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.4. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada.

8.5. Responder a solicitações, desde que feitas em tempo hábil e por escrito da contratada. Eventuais solicitações não implicarão em prorrogação dos prazos estipulados neste termo de Referência.

8.6. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições ou irregularidades verificadas no fornecimento dos materiais, fixando prazo para a sua correção.

8.7. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a entrega e ou esclarecimento sobre os materiais de consumo;



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

8.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, bem como naquelas resultantes de sua proposta, devendo já estar inclusos nos valores propostos todos os custos, impostos, taxas e demais encargos pertinentes à formação do preço, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

9.3. Providenciar a correção dos defeitos apontados pela equipe de fiscalização da SMSP.

9.4. Cumprir as orientações do contratante quanto ao desempenho do fornecimento do objeto adquirido.

9.5. Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, à sua custa e risco, no prazo estipulado neste Termo de Referência, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos produtos, decorrentes de culpa da empresa fornecedora e dentro das especificações do fabricante.

9.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, prestar assistência técnica autorizada no município de Foz do Iguaçu quando solicitado e cumprir a garantia de fábrica do objeto do contrato, sempre que for necessário, e após tal período, para aquisição e reposição de materiais.

9.7. Comunicar o contratante, com antecedência, os motivos que, eventualmente, impossibilitem o fornecimento de prazos estipulados neste termo.

9.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o disposto no Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/90.

9.9. Assumir a responsabilidade pelos encargos sociais, fiscais e comerciais resultantes da adjudicação.

9.10. Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados durante a entrega dos materiais, inclusive, durante a entrega feita por transportadoras e preposta.

9.11. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação necessárias para a contratação com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica.

9.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

9.13. Antes da emissão da Nota Fiscal, solicitar junto a SMSP a necessidade de inserir alguma observação na mesma.

9.14. Acatar todas as exigências da CONTRATANTE, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas nos prazos estabelecidos.

9.15. Entregar manuais, acessórios, certificados, documentos, instrumentos e ferramentas, conforme especificados e solicitados neste Termo de Referência;

9.16. Não transferir a outrem, no todo ou em parte as obrigações assumidas.



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

9.17 Fornecer à Contratante toda a documentação técnica necessária para a perfeita administração e/ou acompanhamento do Contrato.

9.18 A Contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e demais envolvidos na prestação dos serviços.

## 10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

**10.2 Licitação com itens exclusivos para Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual - MEI, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

10.3. Será concedida a margem de preferência conforme legislação específica, em especial à Lei 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal 32.398/2024 um vez que existe na região três fornecedores que se enquadram como microempresas ou empresas de pequeno porte com capacidade para fornecimento do objeto pretendido neste termo.

10.3.1 Opta-se pela concessão do tratamento diferenciado conforme Artigo 153 do Decreto Municipal 32.398/2024 a fim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

**10.4. EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, a aquisição do ITEM 10 - CÂMERA - TIPO II – VARIFOCAL 2MP BULLET IP,** deverá ser por ampla concorrência, sem fornecimento de COTAS para micro e pequena empresa, uma vez que o equipamento não pode ser divisível uma vez que a aquisição de equipamentos diferentes pode aumentar significativamente os custos com treinamento, integração e realização de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) para diferentes marcas e modelos, incluindo a manutenção do equipamento. Cada marca ou modelo pode exigir conhecimentos específicos ou procedimentos distintos, resultando na necessidade de mais sessões de treinamento para os funcionários. Além disso, os esforços de integração com o Sistema de Videomonitoramento do município em operação pode aumentar devido à necessidade de compatibilidade entre diferentes sistemas ou equipamentos. A criação de POP específicos para cada marca ou modelo também pode ser demorada e onerosa

## 11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 340.526,48 (trezentos e quarenta e um mil reais quinhentos e vinte e seis reais e quarenta e oito centavos)**.

## 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município através de Emendas de Execução Obrigatória.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

060404122050020323390301505	ROYALTIES E OUTRAS COMP. FINANC.	EMENDAS EXECUÇÕES OBRIGATÓRIAS: 178/2021, 130/2022, 259/2022 e 156/2023 + Recursos Próprios
060404122050020324490521505	ROYALTIES E OUTRAS COMP. FINANC.	
060404122050020323390301000	RECURSOS PRÓPRIOS	
060404122050010993390301505	ROYALTIES E OUTRAS COMP. FINANC.	



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

## 14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As informações contidas neste Termo de Referência encontra-se no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste documento.

Eu, MARCOS ANTONIO JAHNKE, Secretário Municipal de Segurança Pública, no uso de minhas atribuições legais, na qualidade de Ordenador de Despesas, **APROVO** este Termo de Referência (TR), mediante assinatura digital eletrônica no Sistema de Informações Digitais (SID) do Município.



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO II

### MODELO DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

A

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu  
Diretoria de Licitações e Contratos  
Pregão Eletrônico nº 122/2024.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o Sr \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei:

Que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato/ata de registro de preços, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

Que se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato/Ata de Registro de Preços, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

Que na execução deste Contrato/Ata de Registro de Preços, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção.

A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que contratada ou sua cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente contratual, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Local, ..... de ..... 2024.

\_\_\_\_\_  
Nome e carimbo do  
representante legal da empresa





# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO III PROPOSTA COMERCIAL (em papel personalizado da empresa)

Razão Social: \_\_\_\_\_ CNPJ/MF: \_\_\_\_\_ IE \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Tel/Fax: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
 E-mail \_\_\_\_\_  
 Banco..... Código FEBRABAN nº..... Agência Bancária ..... Conta Corrente nº .....

A  
 Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu  
 Diretoria de Licitações e Contrato  
**Pregão Eletrônico nº 122/2024**

Em atenção ao Pregão em epígrafe, apresentamos nossa proposta comercial para o fornecimento do(s) objeto(s), conforme abaixo:

Item	Especificação	UN.	QTDE	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01						
TOTAL GERAL R\$						

Condições de Pagamento:

Prazo de Entrega: .....

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias

Declaramos de que nos preços propostos encontra-se incluídos todos os tributos, **frete**, impostos de quaisquer natureza, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Atenciosamente

\_\_\_\_\_  
 Representante Legal da Proponente



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO ME E EPP;

À

Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu  
Diretoria de Licitações e Contratos  
Pregão Eletrônico nº. 122/2024.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei, que:

a) Se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar 123, de 14/12/2006 e alterações.

b) Cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, vez que sua receita bruta anual não excedeu no exercício anterior, o limite fixado no art. 3º da Lei 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar, não se enquadrando em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas na legislação citada.

c) Não ter celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, em sintonia com o §2º, do art. 4º da Lei Federal 14.133/21.

d) A pessoa jurídica não se enquadra em nenhuma das hipóteses do §4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2016:

I. De cujo capital participe outra pessoa jurídica; II. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior; III. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, em que a receita bruta global ultrapasse o limite para obtenção do benefício; IV. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, em que a receita bruta global ultrapasse o limite para obtenção do benefício; V. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, em que a receita bruta global ultrapasse o limite para obtenção do benefício; VI. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo; VII. Que participe do capital de outra pessoa jurídica; VIII. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores; IX. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

Local, \_ de \_\_\_\_ de 2024.

Responsável legal  
(carimbo, nome RG nº e assinatura)

Contador  
(carimbo, nome RG nº e assinatura)



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2024

O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Getúlio Vargas nº 280, inscrita sob o CNPJ/MF nº 76.206.606/0001-40, doravante CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Francisco Lacerda Brasileiro e, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante CONTRATADA, neste ato representado por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa. Considerando, as atribuições legais conferidas ao gestor municipal e, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e, demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Contratual, mediante as cláusulas e condições à seguir enunciadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento contratual é a *aquisição de equipamentos, materiais e insumos necessários para instalação e ampliação do sistema de Videomonitoramento Urbano do município com base na Secretaria Municipal de Segurança Pública para atender os Logradouros dos Bairros Parque da Lagoa 1, 2 e 3, bem como os Centros Habitacionais Residenciais: Residencial Angatuba I, Residencial Angatuba II, Residencial M" boicy I, Residencial M" boicy II, Condomínio do Idoso, Residencial Santa Rita, Residencial Grande Lago e um Sistema de monitoramento interno e controle de acesso na SMSP e para realização de manutenção do Sistema de Videomonitoramento Urbano em operação*, conforme condições, quantidades e especificações constantes no Termo de Referência e edital de licitação originando o Processo de Pregão Eletrônico nº .../2024, tendo em vista o que consta no Processo nº 60613/2024 e seus anexos.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 e suas alterações e demais disposições legais, no que couber.

Vinculam à esta contratação, independentemente de transcrição, o Termo de Referência, o Edital da Licitação supracitado; a Proposta da CONTRATADA e eventuais anexos dos documentos supracitados.

**Parágrafo Primeiro** - Será incorporada a este contrato, mediante Termos Aditivos, qualquer modificação que venha a ser necessária durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações no objeto, especificações, prazos ou normas gerais de serviços do CONTRATANTE.

**Parágrafo Segundo** - A assinatura do presente contrato indica que a CONTRATADA possui plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente, sujeitando-se às normas da lei específica e a totalidade das cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

**Parágrafo Terceiro** - O Sistema Eletrônico Oficial Municipal utilizado para elaboração e validação legal do presente documento é o SISTEMA DE INFORMAÇÕES DIGITAIS (SID). A assinatura eletrônica e a elaboração deste documento estão amparadas pelo Decreto nº 28.900, de 20 de janeiro de 2021; Lei nº 4.536, de 4 de setembro de 2017, que autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nº 3.971, de 17 de Abril de 2012 e 4.057, de 19 de Dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

O procedimento resultará na formalização de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com validade de 12 (doze) meses, admitida prorrogação por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 238 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

O valor estimado para o fornecimento do objeto contratual, será de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_), valor à ser empenhado à(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

- 060404122050020323390301505 ROYALTIES E OUTRAS COMP. FINANC.
- 060404122050020324490521505 ROYALTIES E OUTRAS COMP. FINANC.
- 060404122050020323390301000 RECURSOS PRÓPRIOS;



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 060404122050010993390301505 ROYALTIES E OUTRAS COMP. FINANC.
- Emendas execuções obrigatórias: 178/2021, 130/2022, 259/2022 e 156/2023 + Recursos Próprios

## CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO e DA LIQUIDAÇÃO

1. O prazo para liquidação da despesa é de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal, conforme disposto no artigo 323, I do Decreto Municipal nº 32.398/2024.
2. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, certificando-se do adimplemento da obrigação da CONTRATADA nos prazos e forma previstos no contrato.
3. O pagamento será efetuado em moeda corrente brasileira, em até 10 (dez) dias úteis, após a liquidação da despesa, conforme disposto no artigo 323, I do Decreto Municipal nº 32.398/2024, vedado a sua antecipação.
4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , sendo: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
5. O faturamento deverá ser apresentado e protocolado, em uma via original, no protocolo geral na sede da contratante.
6. É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, na forma contida no Decreto Municipal nº 21.524 de 02 de agosto de 2012, expedida em conformidade com a legislação federal (Protocolo ICMS 42/2009).
7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos do órgão requisitante para a formalização dos procedimentos de liquidação, e posteriormente para a Seção de Pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
8. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
9. No ato do pagamento a CONTRATANTE efetuará a retenção na fonte do Imposto de Renda – IR incidente sobre os pagamentos destinados às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, com base no Decreto Municipal nº 31.634, de 31 de julho de 2023, Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e alterações posteriores.
10. Deverão constar na NF-e (Nota Fiscal) o número da nota de empenho, o número da conta, os tipos, as quantidades e os valores efetivos dos itens a serem pagos, bem como respectivo termo de entrega.
11. Recomenda-se a apresentação dos documentos de regularidade fiscal para fins de pagamento: CND's (Federais, Estaduais e Municipais); Certificado de regularidade do FGTS e CND Trabalhista;
12. Para fins de certificação, liquidação e pagamento da(s) Nota(s) Fiscal(is) o Gestor e Fiscal do contrato, descritos neste Termo de Referência, efetuarão a verificação, análise, conferência e consistência de todos os dados e informações contidas na(s) Nota(s) Fiscal(is) e demais documentos, confrontando-os com este Termo de Referência e com o instrumento contratual, atestando a veracidade e conformidade com os serviços produtos.
13. Caso a NF-e (Nota Fiscal) apresente erros, irregularidades, falhas ou omissões que comprometam a liquidação da despesa, ou não vier acompanhada das documentações exigidas, ou os itens adquiridos não tiverem sido entregues de acordo com as condições e especificações descritas no Termo de Referência, bem como com o instrumento contratual, o prazo para o pagamento somente começará a ser contado à partir da data em que tais impropriedades forem sanadas.
14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
15. Em conformidade com o Decreto nº 31.634 de 31 de julho de 2023, à partir de 14/08/2023, os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta deverão proceder à retenção do Imposto de Renda - IR ao efetuarem pagamento a fornecedores, referente a qualquer mercadoria ou serviço prestados, constantes no Anexo Único de referido Decreto.



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

16. Não estão sujeitos à retenção do IR do item anterior os pagamentos realizados a pessoas ou serviços e mercadorias elencados no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, em conformidade ao § 2 do art. 1º do Decreto nº 31.634/2023.
17. Consoante o art. 2º do Decreto nº 31.634/2023, pessoas jurídicas amparadas por essa isenção, não incidência ou alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

## **CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL**

A vigência do presente contrato será de 01 (um) ano, contado da formalização/celebração deste, respeitado o prazo de entrega/fornecimento constante do referido edital e do Termo de Referência, que é de conhecimento da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA SEXTA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
2. **O modelo de execução, gestão e fiscalização contratual, além da Lei nº 14.133/2021, deve atender ao Decreto Municipal nº 32.398/2024;**
3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
4. A equipe da SMEL enviará por e-mail a nota de empenho, que deverá ser cumprida no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos.
5. Todos os custos/despesas oriundos do objeto da presente licitação serão suportados pelo licitante vencedor. É de responsabilidade da contratada o transporte e entrega dos itens, em perfeita conformidade às especificações
6. Os itens contratados deverão ser entregues no endereço constante deste termo de referência, sendo o endereço especificado pela SMEL, quando do envio da nota de empenho e ordem de serviço.
7. O resultado que se pretende produzir é a entrega de objetos coerentes ao descritivo técnico e aptos a sanar a demanda da SMEL, e por isso, será devolvido ao fornecedor objeto licitado caso este seja entregue em qualidade duvidosa ou inferior à contratada, podendo acarretar-se, conforme análise da Administração, à aplicação de penalidades à empresa licitante, dentre as quais pode a referida empresa ser suspensa do direito de contratar com o Município de Foz do Iguaçu/PR.
8. Todos os itens serão conferidos no momento da entrega, e se a qualidade e/ou quantidade não corresponder às especificações exigidas, a contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para sanar os vícios apontados, sendo eventuais novos custos de frete a cargo da contratada.
9. O recebimento definitivo do objeto deste edital não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e alterações, pela má qualidade ou divergência na descrição que venha ser constatada em momento posterior.
10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar a CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
12. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto na legislação municipal.
13. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no instrumento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme as competências determinadas na legislação municipal.
14. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).





# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

15. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção.
16. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
17. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
18. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade.
19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência, conforme as competências determinadas na legislação municipal.
20. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e as glosas, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme as competências determinadas na legislação municipal.
21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
22. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências e das alterações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
23. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme as competências determinadas na legislação municipal.
24. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
25. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
26. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
27. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

1. A fiscalização comunicará à CONTRATADA, por escrito, as deficiências que forem verificadas nos itens entregues, para correção, sem prejuízos das sanções cabíveis;
2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos;
3. Não serão aceitos pela Fiscalização itens que não satisfaçam às condições do Termo de Referência;
4. **Ficam designados GESTOR e FISCAIS do contrato do presente instrumento contratual os servidores abaixo:**





# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

5. **Gestor: Alexandre Augusto de Souza Gomes – Diretor DILO/SMSP Fiscais: Marcio do Prado– Chefe Divisão de Segurança Eletrônica/DILO/SMSP Nivaldo Guisso – Guarda Municipal de 1ª Classe, aos quais, no exercício de suas funções incumbirão providências para o acompanhamento e a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas para a execução regular e efetiva dos trabalhos por parte da CONTRATADA.**

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

1. A contratada deverá entregar equipamento/material objetos do Termo de Referência, por completo em até 30 (trinta) dias contadas a partir do recebimento da nota de empenho encaminhada pela contratante.
2. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada das Contratadas, aceita pelo Contratante.
3. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame deverão entregar os bens na sede da Secretaria Municipal de Segurança Pública, situada a Rua Edgard Schimmelpfeng, 43, Parque Presidente I, Foz do Iguaçu – PR, CEP 85.863-220, no horário de expediente, (das 07h30min às 13h30min).
4. Todo o objeto deste termo deverá ser novo (sem uso) sendo seu transporte realizado em suas embalagens originais, devidamente protegidas e embaladas adequadamente contra danos de transporte, manuseio, acompanhadas da respectiva nota fiscal.
5. Os equipamentos e materiais deverão ser fornecidos com os respectivos catálogos, ficha técnica (datasheet) ou documentos equivalentes, constando as características técnica dos mesmos.
6. A licitante vencedora deverá entregar os produtos idênticos (mesma marca e modelo) à amostra aceita, desde que aceite e homologado pela Administração na entrega total dos itens licitados, caso não seja compatível com apresentados durante a fase da aceite da amostra os mesmos serão devolvidos, acarretando inclusive a aplicação de penalidades à empresa, podendo a mesma ser suspensa do direito de contratar com o Município.
7. Todos os equipamentos e materiais objeto do Termo deverão ser entregues em conformidade com a nota de empenho e os termos do edital de licitação.
8. Todos os custos/despesas oriundos do objeto da presente licitação serão suportados pela licitante vencedora.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e:

1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, bem como naquelas resultantes de sua proposta, devendo já estar inclusos nos valores propostos todos os custos, impostos, taxas e demais encargos pertinentes à formação do preço, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.
3. Providenciar a correção dos defeitos apontados pela equipe de fiscalização da SMSP.
4. Cumprir as orientações do contratante quanto ao desempenho do fornecimento do objeto adquirido.
5. Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, à sua custa e risco, no prazo estipulado neste Termo de Referência, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos produtos, decorrentes de culpa da empresa fornecedora e dentro das especificações do fabricante.
6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, prestar assistência técnica autorizada no município de Foz do Iguaçu quando solicitado e cumprir a garantia de fábrica do objeto do contrato, sempre que for necessário, e após tal período, para aquisição e reposição de materiais.
7. Comunicar o contratante, com antecedência, os motivos que, eventualmente, impossibilitem o fornecimento de prazos estipulados no Termo de Referência.



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o disposto no Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/90.
9. Assumir a responsabilidade pelos encargos sociais, fiscais e comerciais resultantes da adjudicação.
10. Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados durante a entrega dos materiais, inclusive, durante a entrega feita por transportadoras e preposta.
11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
12. Antes da emissão da Nota Fiscal, solicitar junto a SMSP a necessidade de inserir alguma observação na mesma.
13. Acatar todas as exigências da CONTRATANTE, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas nos prazos estabelecidos.
14. Entregar manuais, acessórios, certificados, documentos, instrumentos e ferramentas, conforme especificados e solicitados no Termo de Referência;
15. Não transferir a outrem, no todo ou em parte as obrigações assumidas.
16. Fornecer ao Contratante toda a documentação técnica necessária para a perfeita administração e/ou acompanhamento do Contrato.
17. A Contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e demais envolvidos na prestação dos serviços.
18. **Fazer cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz (inciso XVII, do Artigo 92 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021);**
19. **A obrigação, da CONTRATADA, de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta (inciso XVI, do Artigo 92 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021).**

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

1. Rejeitar todo ou em partes o material licitado que não atendam aos requisitos constantes das especificações do Termo de Referência;
2. Providenciar o pagamento à CONTRATADA conforme condições estabelecidas neste Termo de referência e Edital de Licitação.
3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato, por meio de servidores especialmente designados, conforme constante nos termos da Lei nº 14.133/2021.
4. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada.
5. Responder a solicitações, desde que feitas em tempo hábil e por escrito da contratada. Eventuais solicitações não implicarão em prorrogação dos prazos estipulados neste termo de Referência.
6. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições ou irregularidades verificadas no fornecimento dos materiais, fixando prazo para a sua correção.
7. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a entrega e ou esclarecimento sobre os materiais de consumo;
8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

1. O período de garantia dos equipamentos permanentes e todas as suas partes (acessórios e peças de reposição) consta descrito em cada item no quadro de descritivos dos produtos do Termo de Referência, contados à partir do recebimento definitivo.
2. Caso a garantia do fabricante para o equipamento for maior que a do fornecedor vencedor, fica prevalecendo à garantia do fabricante para o bem ou parte integrante do mesmo, contado a partir do recebimento definitivo dos bens.
3. O período de Garantia dos materiais de consumo e insumos será de acordo com a garantia do fabricante.
4. O prazo descrito da garantia será contado a partir da data de recebimento, de forma definitiva pela administração, sendo que as reivindicações da garantia contra quaisquer defeitos de fabricação poderão ocorrer de forma imediata ou ao longo do período, e visam à reposição ou reparação contra defeitos de fabricação, os quais poderão ocorrer de imediato ou ao longo deste período, em decorrência do uso e do desgaste sofrido, salvo se o dano foi causado por imprudência ou negligência do usuário do produto, situação em que o ônus da prova de “mau uso” recairá sobre a empresa, incluindo os custos para emissão de laudos técnicos e demais despesas relacionadas à constatação e comprovação da indevida utilização pela contratante.
5. O prazo a que se refere o subitem anterior ficará suspenso a partir do acionamento da garantia até a devolução do mesmo para a contratada e o aceite da mesma.
6. No caso dos produtos que apresentarem defeitos e for substituída, a garantia será contada a partir da nova data de entrega dos equipamentos. A empresa deverá fornecer certificados de garantia, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.
7. As empresas contratadas deverão apresentar, por ocasião da entrega do objeto licitado, os Certificados de Garantia dos produtos fornecidos, em conformidade com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, indicando o prazo da garantia do produto, no idioma português, abrangendo todos os aspectos técnicos, funcionais e operacionais necessários à completa e correta operação e manutenção do objeto.
8. Os certificados de garantia ou equivalente deverá estabelecer de maneira clara e adequada em que consiste a mesma, bem como a forma, o prazo e o lugar em que poderá ser exercitado, o ônus a cargo das contratadas, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de uso do produto, se couber.
9. Durante o período da garantia, as CONTRATADAS serão obrigadas a reparar, corrigir no total ou em parte para seu pleno funcionamento, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
10. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos e materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
11. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos produtos pelas próprias contratadas, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
12. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos produtos, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
13. Uma vez notificadas, as Contratadas deverão realizar a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da administração pelas Contratadas ou pela assistência técnica autorizada.
14. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada das Contratadas, aceita pelo Contratante.
15. Deverá ser substituído por novo, de igual qualidade e característica, sem custo para a CONTRATANTE, em até 15 (quinze) dias, qualquer material e/ou equipamento, acessório ou peça de reposição imediata que, submetidos à garantia ou assistência técnica superarem o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do seu acionamento, para saneamento do problema ou equipamentos e peças/acessórios que não tiverem conserto.
16. Os produtos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores indicada pelo fabricante.



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

17. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelas contratadas, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir das contratadas o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos e materiais.
18. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade das contratadas, assim como demais despesas.
19. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
20. Deverão fornecer o endereço, local, responsável técnico, com telefones, celulares de contato e correio eletrônico (e-mail), a fim de permitir o imediato acionamento.
21. Aplicam-se no que couberem, os termos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à oferta de reposição do produto ou de peças, ainda que cessada a sua fabricação ou importação.
22. As contratadas deverão emitir declaração informando que disponibilizará infraestrutura de suporte e assistência técnica em âmbito nacional no momento de avaliação da proposta, sob pena de desclassificação.
23. O serviço de assistência técnica deverá ser prestado de acordo com os manuais e normas técnicas específicas do fabricante, durante o prazo de garantia, com a finalidade de manter os bens em perfeitas condições de uso.
24. Os chamados relativos à assistência técnica serão solicitados mediante consulta ao fornecedor e/ou fabricante, conforme dados disponibilizado pela contratada, podendo ser por telefone, pessoalmente, via web e outros, devidamente formalizado com documento específico para este fim.
25. As contratadas deverão indicar a prestadora de assistência técnica dos produtos em território nacional, preferencialmente na região do município de Foz do Iguaçu, de maneira inequívoca sendo responsabilidade da contratada/empresa a coleta, transporte, armazenamento e devolução sem ônus a Administração.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE**

1. Os preços são fixos, porém reajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, adotando-se a seguinte regra (não é da assinatura do contrato).
2. Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:  $R = V (I - I^o) / I^o$ , onde: R = Valor do reajuste procurado; V = Valor contratual a ser reajustado;  $I^o$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação; I = Índice relativo ao mês do reajustamento;
3. Nos reajustes subseqüentes ao primeiro, se houver o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo.
5. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
9. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO**



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato a nenhuma pessoa jurídica, conforme Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. O presente contrato será rescindido pelo CONTRATANTE quando verificadas as seguintes situações, isoladas ou acumuladas: 1.1 Não cumprimento, cumprimento irregular ou insatisfatório pela CONTRATADA de cláusulas contratuais, condições constantes do edital, especificações, prazos e/ou conjunto de dispositivos legais aplicáveis ao contrato; 1.2 Lentidão no cumprimento do objeto contratual ou paralisação imotivada na prestação dos serviços, sem justa causa e sem prévia comunicação o CONTRATANTE; 1.3 Não atendimento das determinações e recomendações regulares emanadas da fiscalização do CONTRATANTE, encarregada do acompanhamento da execução do objeto do contrato; 1.4 Decretação de Recuperação Judicial, insolvência ou dissolução da CONTRATADA; 1.5 Alteração social da CONTRATADA que importe na modificação da sua finalidade ou objeto social, ou da estrutura social da mesma, desde que resulte em prejuízos à execução do contrato; 1.6 Ocorrência de caso fortuito ou força maior, ou fato de terceiros, ou ainda motivo de relevante interesse público e de amplo conhecimento que imponha a suspensão da execução da CONTRATADA pelo CONTRATANTE, hipótese em que a CONTRATADA será remunerada na proporção da parcela contratual que houver executado, sem incidência de qualquer indenização suplementar; 1.7 Na existência de 1% de reclamação no sistema de Ouvidoria do Município, referente aos atendimentos realizados mensalmente, durante a vigência do referido contrato, e julgadas procedentes pelo CONTRATANTE, poderá haver a rescisão do contrato unilateralmente por parte do CONTRATANTE, sem o pagamento de quaisquer verbas, em virtude da má prestação do serviço. 1.8 A inexecução total ou parcial deste Edital ensejará a aplicação de sanções aa CONTRATADA de acordo com legislação vigente - Lei de Licitações.
2. Advertência.
3. Multa: 3.1 O atraso injustificado na execução sujeitará a proponente ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre a parte inadimplida.
4. O Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, reserva-se no direito de descontar dos pagamentos devidos a proponente, o valor da multa prevista no Edital.
5. Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
7. Na aplicação das sanções serão considerados: 7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida; 7.2 As peculiaridades do caso concreto; 7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes; 7.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública; 7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:
  - a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
  - b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
4. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
5. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.





# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
7. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
8. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. 9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei. 9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. 9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
9. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido: 10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; 10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; 10.3. Indenizações e multas.
10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

1

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente.

A CONTRATADA deve e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- I. Prática corrupta:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- II. Prática fraudulenta:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- III. Prática colusiva:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- IV. Prática coercitiva:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- V. Prática obstrutiva:** (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista no Edital; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES REFERENTE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)**

1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.





# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
7. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS ALTERAÇÕES**

1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
2. A CONTRATADA é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

1. Poderá a Administração revogar o presente procedimento, por conveniência administrativa ou interesse público devidamente justificado, sem que caiba ao interessado direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.
2. Os serviços a serem contratados poderão ser, a qualquer tempo, alterados, suspensos temporariamente ou rescindidos, se a CONTRATADA deixar de satisfazer os interesses da Administração Municipal ou às normas do Sistema Único de Saúde.
3. Pelo princípio da autotutela, poderá a Administração Municipal revogar ou alterar este edital no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público ou fato superveniente, devidamente justificado.
4. Durante a vigência do credenciamento, os credenciados deverão manter todas as condições exigidas para habilitação relacionadas às condições de credenciamento e constantes o cadastro unificado



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

disponível no Portal de Contratações Públicas – PNCP e, no Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, sob pena de descredenciamento.

5. O credenciamento não estabelece a obrigação do órgão em efetivar a contratação, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou órgão CONTRATANTE poderá denunciar o credenciamento, inclusive, quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixado no edital, na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do termo de Contrato, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento contratual, que será assinado de forma eletrônica e/ou digital, na plataforma disponibilizada pelo Município de Foz do Iguaçu, garantida a eficácia das Cláusulas, publicado ainda em diário oficial do município, para que produza seus efeitos legais.

**Foz do Iguaçu/PR, xx de xxxxxxxxxxxx de 2024.**

**Documento assinado de forma digital/eletrônica, cfe Decreto nº 28.900/2021-PMFI.**

# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **EDITAL**

Número: **122/2024**

Assunto: **PREGÃO ELETRÔNICO 122-2024**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=ba01dae8-e485-4715-8b7c-3cb400fc714f>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação:**

**ba01dae8-e485-4715-8b7c-3cb400fc714f**

**Hash do Documento**

**1B2C1519A3EEF819A45C5DA0B76F0C3DED239EA917952300721474EDCF2945F8**

## Anexos

31 PARECER 1086.pdf - **ad8b3cd8-a44f-4cc5-91ad-a8de782cd1c7**

32 MI SMSP Nº 68909-2024 ATENDIMENTO DAS RESSALVAS.pdf - **c52959d2-7d6f-4c7f-bef8-6689f383ee1e**

32.1. NOVO TERMO DE REFERENCIA AMPLIAÇÃO VIDEOMONITORAMENTO.pdf -

**6c11e2cb-cf13-471c-a935-6ca078d1d789**

32.2. ORÇAMENTOS FISICOS COM DATA VALIDADE.pdf - **ba2b09f0-c752-4dce-baa0-055e0fb41549**

EDITAL PE 122-2024 EQUIP VIDEOMON SMSP.pdf - **03e9f3c9-e99c-4f2d-914f-1e34c04f8bac**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/12/2024 é(são) :

JEAN MAURO MIYAGAWA MEZOMO DE SOUZA (Signatário) - CPF: \*\*\*58518955\*\* em 06/12/2024

13:18:21 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

MARCOS ANTONIO JAHNKE (Signatário) - CPF: \*\*\*23070920\*\* em 06/12/2024 13:13:23 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



## A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo , produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

## DESPACHOS

NENHUM DESPACHO REALIZADO